

Plantando desertos...

Anivaldo Padilha
Cláudio Guerra
Hélder Gomes
Jorge Atilio S. Iulianelli
José Maurício Arruti
Marcelo Calazans
Marcos Pedlowski
Reinaldo Gonçalves
Ricardo Carrere
Rogério Medeiros





Primavera para a **Vida** Pão e Paz

Campanha Nacional 22 a 28 de setembro de 2003

Contribuições
Bradesco
agência 0592-4
conta 42144-8

CESE 30
Coordenadoria Ecumênica de Serviço
www.cese.org.br

Rua da Graça, 164 Graça 40150-055 Salvador BA
Tel. (71) 336-5457 Fax (71) 336-0733
E-mail: cese@cese.org.br

KOINONIA

As Igrejas e os enleios do Poder

6

PLANTANDO DESERTOS...

DESERTUMANOS

O eucalipto em Minas Gerais

7

Cláudio B. Guerra

VERDESERTO

**Aracruz: um rosto sujo com
aparência de esnobe**

12

Rogério Medeiros

SEDUÇÃO

**O espectro de deserto verde
no Norte/Noroeste fluminense**

16

Marcos A. Pedlowski

BANDITISMO

O Estado planta um deserto para o lucro privado

21

Hélder Gomes

PAUPERIZAÇÃO

A monocultura do eucalipto e o atual governo

26

Marcelo Calazans

SEM-VERGONHEIRA

Eucalipto: o símbolo de um modelo destrutivo

29

Ricardo Carrere

TEOLOGIA

Esgotamento...

32

Ivone Gebara

TERRITORIALIDADE

**Brasil-Colômbia: territórios do narcotráfico
e das comunidades afroas**

35

Jorge Atílio Silva Iulianelli e José Maurício Arruti

NÃO-MILAGRES

Política econômica e movimento social

39

Reinaldo Gonçalves

PROFETAS

Em memória de Brady Tyson

43

Anivaldo Padilha

DIGNIDADE HUMANA E PAZ

Para superar a violência

45

Estudiosos da crise ambiental

que experimentamos, uma das mais graves expressões da crise civilizacional em que se encontra mergulhada a humanidade, são unâimes em afirmar que, se o presente modelo de relação dos humanos com a natureza não for radicalmente modificado, mais da metade das espécies animais e vegetais que existem atualmente terão deixado de existir, definitivamente, por volta de meados do presente século! Abordando um problema ambiental seriíssimo, que afeta a vida de milhões de pessoas no estado do Espírito Santo, mas também no sul da Bahia e no nordeste de Minas Gerais, os articulistas desta edição exemplificam, de forma dramaticamente real, a premonição dos cientistas ao revelarem tanto as terríveis perdas ecológicas como suas consequências sociais, culturais, políticas e econômicas com a monocultura do eucalipto na região.

A articulação dos atores sociais afetados/ignorados/vitimizados pela implantação desse gigantesco monocultivo ganhou forma na constituição da "Rede Deserto Verde", organização que tem denunciado, tanto nacional como internacionalmente, e buscado meios para interromper o desastre socioambiental e político-cultural representado por esse tipo de agressão à natureza em nome do crescimento econômico sem levar em consideração a sustentabilidade ecológico-social e cultural.

Com objetividade e clareza os autores relatam, de perspectivas diferentes, o longo processo de suposto reflorestamento, com a conivência e, em muitos casos, com a participação direta das autoridades, o financiamento facilitado com os recursos públicos, a não observância da legislação existente e o criminoso descaso e atropelo dos direitos da população da região, caso específico dos indígenas e dos quilombolas, praticamente expulsos com violência da região.

No plano político nacional as atenções se voltam para os rumos ainda não plenamente definidos do governo Lula, que se apresenta com diferentes e, às vezes, contraditórias formas de manifestação: da manutenção do modelo econômico neoliberal monetarista, dando continuidade à política notabilizada por Malan, até o diálogo forçado com os movimentos sociais, especialmente o MST, passando pelas propostas das Reformas da Previdência e Tributária, e o anúncio e vagarosa implementação de políticas sociais ancoradas no alardeado programa "Fome Zero". Tudo isso em nome da manutenção das condições de governabilidade e como necessário período transicional em virtude da 'herança' deixada pelo governo anterior. A análise que Tempo e Presença propõe é um convite à reflexão neste momento político de tantas interrogações.

É isso aí.

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumônico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

CARTAS

Fiquei muito feliz hoje, com a chegada da publicação de KOINONIA, pois eu estava preocupada com a falta da mesma.

Na minha alegria eu resolvi fazer presente de uma assinatura anual para uma pessoa.

Como eu não tenho o endereço, solicito que seja enviada para o meu mesmo, mas com o número de janeiro/fevereiro (n. 327), se for possível. Eu aprecio muito essa revista, espero ser atendida e agradeço imensamente.

*Claudete Ap. Romanini Poças
São Paulo/SP*

Agradecendo, mais uma vez, o presente que vocês nos dão com TEMPO E PRESENÇA, estamos lhes enviando o recibo da renovação da assinatura.

Em tempo: o presente é para todos e todas que recebem e refletem sobre os textos da revista.

Pelas dominicanas de nossa comunidade, um abraço.

*Irmã Martha Dale
Volta Redonda/RJ*

Sou assinante desta conceituada revista há vários anos e ela tem me ajudado muito na minha profissão de educadora.

Quero continuar participando da vida desta revista, convivendo e dialogando com cada autor dos artigos apresentados.

Uma vez que estou retornando à minha cidade (saí há 40 anos), solicito observar meu novo endereço para correspondência.

*Idelvais Alves Ferreira
Belo Horizonte/MG*

Gostaria de parabenizar a KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço pela excelente produção da revista TEMPO E PRESENÇA, a qual tem sido muito útil para realização do nosso trabalho nas pastorais.

Tal revista aborda análises inovadoras sobre diferentes aspectos da sociedade brasileira, e nos permite trabalhar com riqueza os temas abordados.

Portanto, tenho imenso prazer em me tornar, mais uma vez, assinante da revista TEMPO E PRESENÇA.

*Deputado Durval Ângelo Andrade
Belo Horizonte/MG*

Admiro muito como os escritores e teólogos que fazem esta revista apresentam seus artigos tão compensadores, tão realistas. Neste número 328 que recebi há dias, os assuntos todos me empolgaram, e uso sempre para o estudo de nossos grupos do meio popular.

Quero citar o texto da Ir. Ivone, *Rezas de sentido: memória e saudade*, que facilitou a compreensão do texto de Rogério, falando de sons e músicas na celebração da fé.

No texto, a Autora diz que às vezes é uma repetição sem fim de palavras e eu concordo até porque muitas falas não nascem da vida e por isso vão perdendo forças. Acredito também que com a cooperação de muitos teólogos que refletem fé e vida, estes fazem muito bem às comunidades e grupos que já se sentem cansados de ouvir os mesmos sons!

É interessante quando ela diz: "ninguém mais que nós mesmos precisamos da nossa reza." Daí a necessida-

de de descobrir o nosso modo de rezar e assumir nossa fé. Cristo é muito procurado pelo toque do cuidado, como diz Boff, porque o próprio Deus é sensível a quem o procura. É justo que as pessoas sejam respeitadas na sua maneira de expressar a fé. Se o coração é um órgão útil da alteridade, procuremos fazer que ele seja capaz de muitas formas de rezar.

*Irmã Lindalva
Por e-mail.*

É com muita alegria que renovo minha assinatura de apoio desta excelente revista.

Sempre é motivo de alegria quando recebo a revista, pois tenho certeza de que chega trazendo excelentes temas da atualidade e que nos deixa a par de muitas coisas que só a revista nos mostra.

Parabenizo a todos pelo trabalho e que continue assim, pois o mundo precisa de pessoas como vocês.

*Geraldo Moreira
Inhapim/MG*

Excelente a publicação de *Notas do Divino na Música Popular* da revista TEMPO E PRESENÇA. Cumprimentos à equipe.

*Maria Helena Medina Varotto
Por e-mail.*

ERRATA

Na edição 328 a capa e o sumário registraram erroneamente o nome de Carlos Eduardo B. Calvani, autor do texto *Música popular – uma forma de oração*.

As Igrejas e os enleios do Poder

O Brasil atravessa um momento histórico ímpar. A democracia consolidada e o governo da "esperança que venceu o medo", cumpridos já seis meses de exercício no poder, procura desvincilar-se da 'herança' recebida do governo passado, e criar condições mínimas para o início do "espetáculo do desenvolvimento..."

Trata-se de um período atravessado por muitos debates, controvérsias e, também, frustrações, por parte dos que esperavam medidas mais contundentes, capazes de romper, imediatamente, com o modelo econômico neoliberal ainda em plena vigência. Em nome da governabilidade e do respeito aos contratos firmados pelo governo anterior, conforme acordos pré-eleitorais, o governo optou por outra via, mais lenta e cautelosa no plano econômico, mas anuciando, no entanto, medidas de impacto na área das políticas públicas, como o combate à fome, por meio do programa "Fome Zero", com a promessa de implementá-las com vigor a partir de 2004, quando suas prioridades é que definirão o próximo orçamento do País, com a elaboração, em curso, do Plano Plurianual.

Por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o governo começa a dialogar com a sociedade, discutindo suas propostas e acolhendo subsídios para a implementação de seus programas.

Num contexto como este causa certo espanto a falta de uma interatividade maior das organizações religiosas com

o conjunto de propostas para a área social que o governo já começou a articular. É verdade que muitos representantes de igrejas e organismos eclesiásticos estão participando de vários conselhos consultivos de diferentes programas propostos pelo governo. O mesmo se pode dizer da participação direta de figuras da cena eclesiástica no Congresso Nacional, mesmo em partidos que compõem a base de sustentação parlamentar do governo. Igrejas com diferentes orientações político-teológicas têm manifestado apoio ao Presidente e a muitas de suas propostas. Isto, no entanto, não configura uma ação mais decisiva por parte da maioria delas, e de seus organismos eclesiásticos, na forma de um apoio crítico e propositivo que demonstre uma vontade política clara de aproveitamento das oportunidades de participação democrática que este governo oferece e que, certamente, estaria sensível a acolher. Lamentavelmente, o que se observa é uma luta por espaços, ainda que limitados, à sombra do poder, o que enfraquece a contribuição das igrejas no processo de discussão, no âmbito político, de novas alternativas político-econômicas e socioculturais para o País.

As igrejas estão muito próximas do povo e de suas necessidades, pois têm uma presença capilar em todos os segmentos da sociedade. Juntas poderiam prestar um enorme serviço à sociedade apoiando, fortalecendo e operacionalizando muitas das propostas governamentais, especialmente as que exi-

gem uma rede extensa de agências executivas de que ele não dispõe.

É de se lamentar que este apoio crítico, operacionalizador, sim, mas também fiscalizador, não esteja sendo articulado, com isso deixando de dar um testemunho responsável, sério, de conformidade com o Evangelho, que todas proclamam servir, que sobrepuja o bem-estar de todos às possíveis vantagens ocasionais passíveis de ser auferidas nas ante-salas do poder.

Esta situação de desencontro, desentendimento e, mesmo, concorrência entre as igrejas, é resultado de décadas de isolamento, intolerância e preconceitos que marcaram a prática institucional da maioria delas. Com a exceção de umas poucas denominações, a maioria das instituições eclesiásticas não têm uma proposta de missão e serviço que conte com o conjunto da sociedade brasileira.

O governo Lula, se coloca como um grande desafio às igrejas no sentido de se articularem programaticamente de forma a poderem colaborar, como expressões vitais da sociedade civil, na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Será esta disposição cooperativa no serviço aos demais, de forma orgânica e planejada, que permitirá a elas um verdadeiro testemunho evangélico dentro dos círculos do poder, humanizando a política e mostrando à sociedade que a perspectiva de serviço desinteressado é possível, quando inspirada pelo valor maior do Reino de Deus: o bem-estar (a salvação) de todos!

O eucalipto em Minas Gerais

Cláudio B. Guerra

É a mesma história de sempre: chegada, posse a qualquer preço; mata derrubada, queimada, plantada; terra ressequida, explorada, esgotada; pessoas, animais enxotados. E tudo ou quase tudo proporcionado e 'incentivado' pelos recursos públicos, com os favores políticos e todas as demais 'bênçãos', e a riqueza... dos invasores

INTRODUÇÃO

Nativo da Austrália, o eucalipto vem sendo plantado comercialmente com sucesso em diferentes regiões do planeta, especialmente em alguns países da América Latina. Este sucesso é explicado pelas condições climáticas favoráveis, pelo manuseio relativamente fácil dos plantios, sua capacidade de adaptação a diferentes regiões, sua alta produtividade e a variada utilização de sua madeira.

Inicialmente, vale lembrar aqui que uma floresta natural e uma floresta artificial de eucaliptos (ou floresta industrial plantada) são formadas por muitas árvores. Entretanto, uma floresta natural é um sistema biológico complexo, multiestruturado, e abrange re-

lações entre atmosfera, luz solar, água, solos e grande variedade de plantas e animais. Por sua vez, uma floresta artificial de eucaliptos é um sistema bastante simplificado e que tem a preocupação única de produzir madeira para fins industriais.

A siderurgia a carvão vegetal e a indústria de celulose, com o aval dos órgãos governamentais, inteligentemente criaram a expressão "empresa reflorestadora", passando assim a idéia de que os plantios de eucaliptos cumpriam a importante função ecológica de reflorestar. Na verdade, existe uma enorme diferença entre *reflorestar* (para recompor e proteger o meio ambiente) e *plantar florestas artificiais de eucaliptos*, que na verdade funcionam como uma "roça de madeira", de colheitas para fins industriais a cada sete anos.

O Brasil tem hoje a maior área de florestas artificiais de eucaliptos do mundo, a qual supera as plantadas com arroz, feijão e café somadas. Cerca da metade dessa área está em Minas Gerais, num espaço geográfico ocupado por grandes plantios contínuos, localizados principalmente nas regiões Nordeste e Leste (bacias dos rios Jequitinhonha e Doce).

Em meados da década de 1920, a região leste de Minas Gerais, especificamente a bacia do Rio Doce, foi palco do surgimento do primeiro polo siderúrgico a carvão vegetal do País. Ressalte-se que essa região, era totalmente ocupada pelas florestas nativas

do Complexo da Mata Atlântica e portanto, extremamente rica em recursos naturais, como as florestas, que forneciam a madeira, as águas e o minério de ferro. A produção siderúrgica e a agropecuária provocaram ali um avassalador processo de desmatamento para carvão vegetal, lenha e pastagens. Como consequência, a madeira começou a ficar cada vez mais distante da usina siderúrgica, o que aumentava os custos de produção.

O processo de ocupação de grandes áreas com eucalipto e sua exploração comercial iniciou-se no nosso país exatamente ali, no leste de Minas Gerais. No final da década de 1940/ início dos anos de 1950, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira plantou as primeiras florestas artificiais de eucaliptos, cujo objetivo principal era obter a madeira (e o carvão) o mais próximo possível de sua unidade industrial, reduzindo assim os custos de produção.

Em cerca de trinta e cinco anos, ocorreu uma fantástica expansão das áreas com os plantios de eucalipto em nosso país, principalmente devido a uma arrojada política de incentivos fiscais e subsídios ao 'reforestamento' desenvolvida pelo Governo Federal. Também faziam parte dessa política o Programa Nacional de Papel e Celulose e o de Carvão Vegetal para a siderurgia.

Tudo isto ocorreu durante o milagre brasileiro, quando o discurso oficial enaltecia nossa integração ao

mundo desenvolvido pelo aumento das exportações de ferro, aços e celulose. Especialistas internacionais falavam das maravilhas do eucalipto e suas vantagens econômicas. Investidores estrangeiros se apresentavam, e surgiram vários financiamentos do Banco Mundial para o plantio das florestas industriais. Facilidades fiscais, disponibilidade de terras, mão-de-obra barata e disciplinada faziam parte daquele cenário de *boom econômico*.

A EXPANSÃO DO EUCALIPTO: A NOVA FORÇA ECONÔMICA E POLÍTICA

Minas Gerais liderou o processo de expansão do eucalipto pela presença do pólo siderúrgico e da indústria de celulose, carentes de matéria-prima e sempre vislumbrando o mercado externo. Segundo dados oficiais, as áreas com as florestas artificiais de eucalipto no estado passaram de 62 mil hectares, nos anos 1960, para cerca de dois milhões de hectares em 1982.

Aqui merece registro o fato de que os municípios que têm as maio-

Segundo dados oficiais, as áreas com as florestas artificiais de eucalipto passaram de 62 mil hectares, nos anos 1960, para cerca de dois milhões de hectares em 1982.

Merece registro o fato de que os municípios que têm as maiores áreas com as florestas artificiais de eucaliptos são curiosamente os de menores Índices de Desenvolvimento Humano

res áreas com as florestas artificiais de eucaliptos são curiosamente os de menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Isto se aplica aos plantios da Cenibra (Celulose Nipo-Brasileira SA), a segunda maior produtora de celulose branqueada de eucalipto do mundo, presente em 47 municípios da Bacia do Rio Doce, mas também aos da Belgo Mineira/CAF e Acesita Energética, presentes em dezenas de municípios no Vale do Jequitinhonha. Tais empresas, entretanto, alegam que a principal razão por estarem ali é exatamente pelo custo da terra ser significativamente menor.

A chegada e a expansão dos plantios de eucalipto criaram empregos, aumentaram as receitas governamentais com o aumento na arrecadação de impostos, melhoraram a infra-estrutura no meio rural especialmente pela construção e manutenção de estradas vicinais e contribuíram para o aumento de divisas para o País quando da exportação de celulose, aços e ferro gusa. A "empresa reflorestadora" se tornou a grande proprietária das terras da região e também a mais importante

força econômica, social e política ali presente. Desta forma, ela passou também a exercer uma enorme influência no comércio local, nas administrações municipais, na imprensa e nos órgãos estaduais de fomento e fiscalização ambiental.

Na lógica da empresa, parece que para controlar a terra e garantir a produção da matéria-prima uniforme era preciso controlar não só a tecnologia florestal e as variáveis do processo produtivo da madeira, como também as pessoas.

Aqueles que ousaram fazer críticas ou contrariar tais interesses (jornais locais, vereadores, professores, ambientalistas e outros) foram 'marcados' e passaram a sofrer represálias econômicas, muito difíceis de se contornar numa pequena cidade do interior de Minas. Assim, as cidades se tornaram reféns do "pensamento único", o da grande "empresa reflorestadora".

Somente em meados da década de 1980, já sem a política de incentivos fiscais e com o fim do período militar é que se começa a discutir e a se fazer um balanço do *boom* do eucalipto no País. Nele o que se constatou foi marcas do autoritarismo, manipulação grosseira de dados, corrupção no uso dos incentivos fiscais, com plantios-fantasma, e a desconsideração de seus impactos ambientais e sociais.

NEM TUDO QUE É VERDE É ECOLÓGICO: IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Do ponto de vista ambiental, a implantação da silvicultura intensiva com o eucalipto, ocupando enormes áreas contínuas e num regime de cortes sucessivos a cada sete anos, provocou uma série de problemas ambientais inter-relacionáveis:

- Radical mudança na paisagem regional, com a predominância da homoge-



Pedro Canário, carvoeiro, 42 anos

neidade e uniformidade dos plantios. Isto leva a uma simplificação do ecossistema local, instabilidade e aumento da susceptibilidade à ocorrência de pragas.

- Conforme está comprovado cientificamente, a alta produtividade do eucalipto no País (40 m³/ha/ano) ocorre graças a um grande consumo de água e nutrientes, e redução da matéria orgânica dos solos, os quais podem comprometer-lhes a fertilidade no futuro.
- Grande consumo de fertilizantes e agrotóxicos (a maioria persistentes no meio ambiente por vários anos), necessários à manutenção dos altos índices de produtividade dos plantios.
- Erosão provocada pela água das chuvas, especialmente após o plantio e o corte raso das árvores, cuja principal consequência é o assoreamento dos cursos d'água. É preciso frisar que especialmente na bacia do Rio Doce a

Uma floresta artificial de eucaliptos não possui frutos nem sub-bosques, o que inibe a presença de pássaros. Além disso, o uso intensivo de agrotóxicos e o manejo inibem a presença de mamíferos, répteis e outros animais

topografia é muito acidentada. Isto contribui para um aumento na velocidade e volume das enxurradas, as quais, correndo superficialmente, carregam uma grande quantidade de resíduos dos fertilizantes e agrotóxicos para os corpos d'água, que muitas vezes servem à população local.

- A literatura técnica internacional mostra que a presença do eucalipto em grandes áreas contínuas contribui ne-

gativamente para o balanço hídrico de uma bacia hidrográfica. Tanto isto é verdade que, hoje, as empresas estão retirando o eucalipto plantado indiscriminadamente junto aos cursos d'água e suas nascentes, além de abolir novos plantios nesses locais.

- Uso abusivo e indiscriminado do fogo, que em pleno século XXI, continua provocando uma perda direta de nutrientes dos solos, além de contribuir para uma redução significativa de sua atividade microbólica.
- Drástica redução da biodiversidade regional (fauna e flora), principalmente pela ocupação de enormes áreas contínuas (50 a 100 mil hectares) com as florestas artificiais (muito pobres em biodiversidade), anteriormente ocupadas pelas florestas nativas (muito ricas em biodiversidade).

Uma floresta artificial de eucaliptos não possui frutos nem sub-bosques

(desenvolvimento de espécies nativas dentro da floresta artificial), o que inibe a presença de pássaros. Além disso, o uso intensivo de agrotóxicos e o manejo (corte raso de todas as árvores a cada sete anos) inibem a presença de mamíferos, répteis e outros animais.

Outro aspecto que merece destaque é o do desperdício de biomassa (energia) na conversão da madeira em carvão vegetal, a ser utilizado na siderurgia. O baixo rendimento térmico dos fornos das carvoarias (em torno de 40%) mostra que mais da metade de nossas florestas (nativas ou artificiais) são cortadas para serem transformadas em fumaça!

Por sua vez, os impactos sociais advindos da grande expansão do eucalipto em Minas Gerais envolvem aspectos demográficos, econômicos, culturais e os ligados aos recursos naturais:

- Houve uma mudança considerável no perfil da agropecuária local, atividade da maior importância econômica e social, pois congrega centenas de milhares de pequenas propriedades rurais. Seu sistema de produção, e a comercialização dos produtos locais enfraqueceu ainda mais e está em fase de colapso. A mão-de-obra local foi quase toda direcionada para a grande "empresa reflorestadora" e, mais recentemente, para suas empreiteiras.

- Houve uma mudança significativa na estrutura fundiária e na posse da terra na região onde foram instaladas as florestas artificiais, com uma redução do número de propriedades devido à expansão dessas áreas. Municípios da bacia do Rio Doce como Belo Oriente, Dionísio, Córrego Novo por exemplo, têm mais de 50% de seu território nas mãos das "empresas reflorestadoras". Além disso, a monocultura de eucaliptos ocupou áreas perfeitamente agricultáveis e mecanizáveis

Os "carvoeiros volantes" são os trabalhadores que se encontram na situação mais crítica. Vivendo em condições de moradia, higiene, saúde, transporte e alimentação absolutamente desumanas, se submetem a condições de trabalho em que os riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos são permanentes e contínuos. O trágico da situação é que eles contam com a ajuda de suas mulheres e crianças para aumentar a renda familiar. Com isto, toda a família trabalha em condições desumanas

como foi constatado por nós em municípios daquela bacia hidrográfica tais como Santa Bárbara, Nova Era, Antônio Dias e São Domingos do Prata. Na verdade muitas dessas áreas eram anteriormente ocupadas por plantios de culturas temporárias, no regime de agricultura de subsistência.

- Houve uma grande desestabilização das comunidades locais que passaram a depender em quase tudo da "empresa reflorestadora". Com isso, ocorreu um enfraquecimento de seus valores sociais e culturais, uma vez que se mudou não só a paisagem, mas o próprio contexto da cultura local. A vida ficou mais disciplinada, posto que tudo acontece no sentido de não contrariar os interesses da grande empresa. O paternalismo passou a ser a principal característica nas relações entre empresa e comunidades, principalmente

pelo fato de se posicionar como uma 'entidade superior'.

- No que se refere à mão-de-obra, o que se pode concluir, em geral, é que as condições de trabalho ainda são inaceitáveis. Os serviços de transporte, educação, saúde, lazer são muito precários no meio rural, nas áreas dos plantios. Assim, a qualidade de vida de milhares de trabalhadores e suas famílias é muito baixa, embora haja diferenças marcantes entre os que lidam diretamente com a produção de eucalipto e os carvoeiros.

Os "carvoeiros volantes" (ou nômadess) das empreiteiras, cujo contingente vem aumentando a cada dia com a crescente terceirização no setor de produção de carvão vegetal, são os trabalhadores que se encontram na situação mais crítica. Vivendo em condições de moradia, higiene, saúde, transporte e alimentação absolutamente desumanas, estes carvoeiros se submetem a condições de trabalho em que os riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos são permanentes e contínuos (calor, fumaça, poeira, esforço físico brutal etc). O trágico da situação é que, normalmente, eles contam com a ajuda de suas mulheres e crianças para aumentar a renda familiar. Com isto, toda a família trabalha em condições desumanas.

CONCLUSÃO

A expansão das florestas artificiais de eucaliptos em Minas Gerais acompanhou o crescimento do setor florestal brasileiro, que hoje ocupa a liderança mundial na chamada produção de madeira de bases renováveis. O setor desenvolveu tecnologias adaptadas à realidade brasileira, exceto na produção de carvão vegetal, e a produtividade dos plantios atingiu números admiráveis. A terceirização é um fenômeno crescente e contribui efetivamente para

a redução dos custos de produção (mas também para o aumento do desemprego e do subemprego). Os balanços empresariais são altamente positivos: aumentou-se a produção e as exportações de celulose, aços e ferro gusa.

Entretanto, as silenciosas florestas artificiais de eucaliptos ocuparam e reordenaram o espaço geográfico, reduziram significativamente sua biodiversidade, provocaram uma série de problemas ambientais, mudaram hábitos e valores culturais, além de criar dependências econômicas e sociais. Utilizando mecanismos muito particulares as "empresas reflorestadoras" desenvolveram suas atividades ignorando o universo dos milhares de agricultores e as necessidades das comunidades locais. Tais empresas não se integraram ao contexto regional e sim fizeram com que aquele espaço geográfico e as comunidades locais se tornassem reféns de seus interesses.

Vale ressaltar que, desde de 1985, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) vem expressando oficialmente que *o eucalipto não deve ser plantado em larga escala sem uma cuidadosa e inteligente avaliação das consequências econômicas e sociais, além de um balanço das vantagens e desvantagens. Isto poderia ser feito através de uma avaliação das condições ambientais da região, bem como das necessidades da população local.*

Pesquisas realizadas nos anos 1990 na bacia do Rio Doce mostraram que nenhuma das recomendações mencionadas pela FAO foi seguida e também que ao crescimento das empresas não correspondeu um desenvolvimento social da região. Não houve distribuição da renda e melhoria na qualidade de vida da população, especialmente no meio rural, o que contradiz os argumentos amplamente propagados

pelo Governo Federal e empresas do setor florestal desde os anos 1960.

O modelo de administração dos recursos florestais implantado em Minas e no País não trouxe o progresso e a modernização prometidos e suas formas de manejo deixaram um passivo ambiental triste, de práticas extrativas profundamente predatórias e sem a menor preocupação com as próximas gerações.

No final da década de 1990, as "empresas reflorestadoras", que sistematicamente ignoraram os impactos ambientais e sociais de suas atividades, surpreendentemente adotam o discurso do desenvolvimento sustentável. A razão era objetiva: elas precisavam dele para obter a certificação ISO 14001, um instrumento fundamental para competir no mercado internacional.

Recentemente, tais empresas abraçaram a Gestão da Responsabilidade Social num ambiente que lhes é amplamente favorável, uma vez que os governos municipais e o estadual estão falidos economicamente, reduzindo seus programas sociais e buscando parcerias. O discurso empresarial de responsabilidade social sensibiliza a população, principalmente se lembrarmos que a maioria dos municípios nas áreas dos plantios é muito pobre. Além disso, o elenco de suas 'ações sociais' nas áreas de educação, lazer, cultura e meio ambiente vem acompanhado de uma inteligente estratégia de *marketing*, que transmite a idéia de que se alguém está realmente melhorando a qualidade de vida da população é a grande empresa.

Este fenômeno tem desdobramentos importantes como a aceitação cordial e submissa pela população de tudo aquilo que for decidido pela grande empresa, a indução ao conformismo e ao comodismo de que "é assim mesmo, se a prefeitura ou o governo esta-

dual não têm dinheiro para fazer, a empresa faz". Depois de décadas de domínio e controle econômico, social e político as empresas continuam fazendo o que querem, até mesmo destruindo o meio ambiente, se necessário. Mas visto que recuperam praças e o patrimônio histórico, reformam escolas públicas ou patrocinam eventos culturais, elas podem fazê-lo!

Cláudio B. Guerra é engenheiro ambiental e consultor técnico. É autor do livro *Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARRERE & LOHMAN; 1996; *Pulping the South*, Zed Books, Inglaterra; 280 pp.
- DEAN, W; 2.000; *A ferro e fogo: A História de devastação da Mata Atlântica*; Cia das Letras; Brasil; 484 pp.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação); 1985; *The ecological effects of eucalyptus*. Edição FAO, Itália, 72 pp.
- GONÇALVES, M.T; 1991; *Política florestal e interesses agroindustriais em Minas Gerais*. Tese de mestrado, UFMG (DCP/FAFICH/UFMG). Brasil, 267 pp.
- GUERRA, C.B (Coord); 1995; *Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto*. Agência Terra, Brasil, 143 pp.
- GUERRA, C.B; 1997; "Um estudo de caso na bacia do Rio Piracicaba, em Minas Gerais"; Anais da Conferência IUFRO; Brasil; pp 166 a 171.
- KENGEN, S; 1985; *Industrial forestry and brazilian development: A social, economic and political analysis with special emphasis on the fiscal incentives in the Jequitinhonha Valley*. Tese de Mestrado, Australian National University. Editado pelo CEDEPLAR/FACE/UFMG. Brasil, 321pp.
- LIMA, W.P; 1993; *O impacto ambiental do eucalipto*. Editora EDUSP. Brasil, 301 pp.
- PAULA, J.A et alli (Coord); 1997; *Biodiversidade, população e economia*. Ed. Projeto PADCTCIAMB da UFMG. Brasil, 672 pp.

Aracruz: um rosto com aparência de...

Rogério Medeiros

Sinistra e funesta é a existência da Aracruz Celulose em terras capixabas. Teve o aval do "milagre brasileiro" e da ditadura militar para desapropriar povos indígenas e desapossar quilombolas. Destes, os que lhe resistiram tiveram por prêmio expressões inúmeras de morte-vida. Enxotaram habitantes e expulsaram até cursos d'água com a remoção-desvio de leitos fluviais. Uma "história suja"

A Aracruz Celulose é um megaprojeto instalado num estado de pequenas dimensões territoriais. O Espírito Santo não tem sequer terras suficientes para agüentá-lo; muito menos economia para escorá-lo. Nessas condições, a Aracruz está para o Espírito Santo como naquela velha história do remediado que ganhou um elefante e não tem como acomodá-lo no seu apartamento de quarto e sala.

No entanto, a situação da Aracruz no estado vai muito além desse ingênuo exemplo de quarto e sala do elefante, especialmente quando diz respeito aos territórios que ocupou com seus eucaliptais. É sobretudo uma história macabra: desapossaram o índio e o negro de suas terras na base da violência, com a cobertura de um regime militar ditatorial no seu apogeu e em pleno conluio com governantes capixabas servis, como no caso concreto do ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos (depois do seu período de governo, viria a ser diretor da Aracruz).

Lembrando a época: anos 1970. Do dia para a noite entregaram à Aracruz a posse de todo o território indígena sob o falso argumento de que não existiam mais os índios tupiniquins na região (índios que eram dados até como extintos pela Funai). E não se tratou de uma simples expropriação de terra, como freqüentemente ocorria nesse período em que o País viveu sob uma ditadura militar.

As terras dos tupiniquins eram as mais bem localizadas para atividade

econômica: planas, a 60 quilômetros apenas do centro econômico (Vitória), banhado por expressivo rio (Piraquê-açu) e chegava até o mar. Melhor condição para um grande empreendimento industrial, impossível.

Trampolinagem: para não dizer que elas foram doadas, o governo do estado fixou o seu preço (na época, a moeda era cruzeiro) em 10 décimos de centavos de cruzeiro o metro quadrado. Cedidas ainda como terras devolutas, como se nelas não vivessem mais os índios. Para azar dos que expulsaram os tupiniquins, a sua nação é destaque na história do Brasil como os índios que recepcionaram Cabral no sul da Bahia.

Atrocidade: a Aracruz apossou-se do território indígena com o emprego da violência, utilizando-se de um sanguinário oficial da Polícia Militar (PM), o major Orlando Cavalcante, concunhado de outro oficial da PM, coronel Argeu Furtado, que até bem pouco tempo ainda figurava na folha de pagamento da empresa.

Não foi o caso do major Orlando Cavalcante. Este nunca foi oficialmente empregado da empresa. Recebia por fora para promover a desocupação da área. Juntamente com outro oficial da PM, tenente José Scárdua, foi, por essa época, o homem mais temido do estado, habituado a aterrorizar pequenos proprietários em favor do latifúndio. A empresa utilizou-se da sua fama, para apossar-se rapidamente do território indígena. Há depoimentos sobre os ter-

Apoena



Presidente da Associação Benedito Meia Légua

ríveis e variados métodos de violência empregados pelo major para retirar os índios e os posseiros dos terrenos que ocupavam.

Esse episódio de violência ficou, contudo, registrado apenas no currículo de crimes do major Cavalcante. Para a história da violência capixaba, a Aracruz não é sequer co-autora dessa carnificina. O sangue ali derramado foi somente para a conta do major.

Deixando de lado as violências praticadas por outrem em favor da Aracruz, vale a pena avaliar também a cesão da região sob o ponto de vista da economia do estado. Ela é inteiramente inconveniente à estratégia do desenvolvimento estadual. Sobretudo pela posição geográfica do porto, em condições de servir à exportação de inúmeros outros setores produtivos.

Quanto aos terrenos, planos e servidos de água abundante, eram ideais para um grande centro industrial, em lugar de abrigar apenas uma única indústria, como é a situação com a Aracruz Celulose.

Porém, a Aracruz não empregou os mesmos métodos de violência contra os índios nas terras que o governo lhe

destinou no norte do estado. Nessa região os terrenos tinham outra origem. Não se tratava mais de índios, mas sim de quilombolas. As condições fundiárias facilitavam para a empresa: predominava a posse da terra e não a propriedade. Nessas condições se encontravam mais de 10 mil. A Aracruz amealhou 150 mil hectares, com relativa facilidade, na base apenas do temor que a ditadura militar infundia, na época, à população brasileira.

Um tenente da reserva, auxiliado por um negro influente da região, foi o suficiente para criar um verdadeiro pânico na área e produzir uma verdadeira diáspora de negros. Num curto espaço de tempo, 50 mil negros, aproximadamente, deixaram suas propriedades em São Mateus e Conceição da Barra tangidos pela possibilidade de

serem presos pelo exército. Foram morar nas periferias das cidades vizinhas. Como recompensa das propriedades perdidas apenas o dinheiro das benfeitorias.

Escaparam somente alguns poucos que tinham as terras legalizadas e outros mais destemidos que enfrentaram o tenente Merçon (nome do oficial usado para coagir os quilombolas) e do Pelé, alcunha de Benedito Braulino (utilizado para intimidar o povo). Mas o destino daqueles que optaram por viver dentro dos eucaliptais não se diferenciou, no que diz respeito às condições miseráveis de vida, dos que foram jogados na periferia das cidades, engrossando o batalhão de desempregados.

Sofreram de outra forma, pelo isolamento e sob permanente coação de uma truculenta polícia da empresa. Passaram a conviver com altas doses de venenos utilizados pela Aracruz no combate ao mato que brota constantemente entre os eucaliptos. Ainda por cima, os terrenos perderam a fertilidade, os córregos desapareceram e os rios estão na hora da morte. Condições inadequadas para um ser humano sobreviver pela agricultura familiar.

A Aracruz, em vez de ser um vizinho, é um estorvo. Desprotegidos de qualquer regra de direitos humanos, a região ainda conta com 1.500 negros, constituídos, em sua maioria, de velhos e crianças. Os jovens seguiram o caminho dos outros que perderam as terras para a Aracruz: periferias das cidades vizinhas e capital do estado.

Descrito o devastador processo de posse dos terrenos dos índios e quilombolas pela Aracruz Celulose, vale abordar as outras terras por ela conquistadas. Só que agora já não é mais na base da expropriação, e sim do dinheiro e do preço de mercado. Porém, com a facilidade de sempre do dinhei-

É sobretudo uma história macabra: desapossaram o índio e o negro de suas terras na base da violência, com a cobertura de um regime militar ditatorial no apogeu e em pleno conluio com governantes capixabas servis

ro público: recentemente compraram mais 65 mil hectares com recursos do BNDES. Empréstimo com juros subsidiados, como de hábito na relação dela com esse banco.

Por falar nesse mais recente empréstimo em banco oficial, vale firmar a característica da Aracruz Celulose como o protótipo da empresa privada criada e mantida à custa de dinheiro público. Vamos às razões com base no passado: em pleno período inflacionário recebeu grandes empréstimos do BNDES, livres de qualquer cláusula que a obrigasse a ficar com o custo da inflação.

E ainda houve uma época em que ficou com todos os recursos disponíveis do Geres (uma entidade do governo capixaba que repassa dinheiro procedente do Imposto de Renda e ICMS para a aplicação no desenvolvimento do estado). E o BNDES – sempre o BNDES (agora mesmo um diretor dele virou dirigente da Aracruz) – ainda comprou ações da Aracruz numa forma sutil de conceder outro empréstimo privilegiado, evitando maior emprego de dinheiro próprio no período relativo à construção do seu parque industrial.

Ainda em matéria de privilégios: para escoar sua produção de celulose, recebeu da Portobras um porto privado no município de Aracruz. Ele foi construído com recursos do governo

federal e entregue à empresa por preço muito aquém do seu real valor. Olhando para a transação com desconfiança, é de se indagar como é que pode o poder público construir um porto com recursos da nação e depois ceder a uma empresa privada? Foi o que ocorreu neste caso. Época? Já em pleno período democrático do País.

A entrega do porto à Aracruz, também sob o ponto de vista da estratégia do desenvolvimento do estado, pela sua posição geográfica, estaria em condições de servir à exportação de inúmeros outros setores da economia.

Voltando à situação do território capixaba em poder da Aracruz, é de se quantificar a presença do eucalipto em terras agricultáveis. Geralmente planas e na linha de acesso ao seu parque industrial no município de Aracruz. Cerca de 350 mil hectares estão ocupados pelos eucaliptais, num estado cujas dimensões territoriais são de 45 mil quilômetros quadrados.

A presença desses eucaliptos em regiões nobres da agricultura capixaba resultou no fim de cinco mil pequenas propriedades, imobilizando praticamente mais de 10% do território capixaba em detrimento da agricultura e da própria comercialização de terras. Significa dizer que mais de 300 mil hectares de terras saíram do circuito de compra e venda.

Mas a malignidade não fica só na tragédia que levou a índios e quilombolas; é trágica também a situação gerada por ela no meio ambiente. A presença do eucalipto afetou a vida dos córregos e dos rios. Em Conceição da Barra, na fronteira com a Bahia, desapareceram 164 córregos e os rios reduziram os volumes de água. O maior deles, o rio Itaúnas, está totalmente salinizado. O rebaixamento de suas águas permitiu a invasão da água salgada a um raio de 40 quilômetros. Em

São Mateus, vizinho de Conceição da Barra, o rio Preto, que abastece o sistema de água da cidade, também se salinizou.

Sobre essa situação em que se encontra hoje a região ocupada pelos eucaliptais da Aracruz, o naturalista Augusto Ruschi, ainda nos idos de 1980, havia previsto essa e outras situações e se detido já em algumas ocorrências, como a situação das doenças surgidas em decorrência da presença maciça do eucalipto: detectou forte ocorrência de glaucoma entre a população de negros de Conceição da Barra e São Mateus. Registrhou na época: *A ciência nos mostra que existem em nós doenças latentes, que somente surgem quando o ambiente propício é formado. E nessa região houve mudanças climáticas muito grandes. Nela se emprega também muito veneno. Para resguardar os eucaliptos das pragas. E tem relação, certamente, a doença com a mudança da umidade relativa do ar, pela falta de evaporação da água.*

Não só novas doenças surgiram na região, como também a vida animal foi afetada, principalmente nas regiões onde as matas foram derrubadas para dar lugar aos eucaliptais. Consideráveis contingentes de animais silvestres foram extermínados, o que está registrado num dramático e impressionante relato do folclorista e historiador Hermógenes Lima Fonseca. Lá atrás o cientista Augusto tinha sentenciado essa situação ao prever que a Aracruz Celulose, com os seus eucaliptais, promoveria “deserto verde no Espírito Santo.” Dito e feito.

A Aracruz não aruinou somente a região onde implantou os seus eucaliptais. Na área de influência do seu parque industrial, na região de Aracruz, a poluição atingiu parte do território costeiro do estado com os seus

DESERTO DE FLORESTAS

Augusto Ruschi

Quem planta uma área totalmente com eucalipto, nas proporções como se está fazendo no Espírito Santo, está fabricando deserto pelo simples fato de ser uma floresta homogênea de espécie exótica, onde não há um ecossistema, mas um único nicho ecológico de consorciação, que é o eucaliptal. Suas características fisiológicas não são as mesmas das regiões australianas, pois para isso a fauna e a flora que vivem nos eucaliptais nativos deveriam estar presentes, embora, ainda assim, o desequilíbrio ecológico seria notável.

Na Austrália, dois terços da área total do país são hoje constituídos de desertos, que continuam a crescer.

[...]

Muitos podem pensar, ao me ouvir: "Onde já se viu deserto de florestas?" Sim, também já falei em desertos na água, pois mais de 90% dos oceanos são constituídos de desertos. E hoje, mais de 45% das terras emergentes do nosso planeta são desertos. Acrescente-se que, daqui a trinta anos, os nossos desertos de eucaliptos estarão muito mais estéreis e, com mais alguns anos, além dos trinta, nem mesmo crescerão mais ali os eucaliptos, pois com a degradação do ambiente, se não houver irrigação nos eucaliptais eles não crescerão, pois são enormes as precipitações de água de que necessitam.

[...] a partir do terceiro ano de vida uma planta dessa espécie consome por ano 19,6 milhões de litros de água, e um hectare com 2.200 árvores consome 49,6 bilhões de litros de água,

dando esse total uma equivalência pluviométrica de 4.000 mm de chuva por ano. Se considerarmos que na região dos eucaliptais da Aracruz Celulose e da CVRD ou Flonibra a precipitação anual chega em média a 1.400 mm/ano de chuva, a diferença necessária de mais de 2.000 mm é retirada do solo e subsolo [...]

Os animais nativos da região onde estão sendo formadas florestas de eucaliptos não chegam a fugir, pois com a derrubada da mata regional, seu habitat natural, ficam sem possibilidades de sobrevivência. [...] Com os tratores usando correntes de 50 metros de extensão, nos quais os elos pesam mais de 100 quilos cada, muitos hectares iam sendo derrubados diariamente; até os papagaios ficavam atônitos ao regressarem à tarde para o pernoite nas matas que tinham deixado pela manhã, pois e muitas vezes capturei no solo, entre ramagens e mesmo na estrada, exemplares de papagaios. Esse tipo de derrubada afastou impiedosamente um grupo de 600 índios que ali viviam havia mais de 50 anos, conforme descrevi em publicação científica [...] explicando como entrou para a história do Espírito Santo o plantio do eucalipto, alijando não só a fauna, mas ainda os nossos últimos indígenas, além de inúmeras famílias de posseiros.

(Trechos extraídos do livro "Ruschi, o agitador ecológico", do jornalista Rogério Medeiros, com prefácio de Fernando Gabeira, disponibilizado integralmente na revista eletrônica: <http://www.seculodiaro.com/ruschi>)

gases sulfurosos, acompanhados, com freqüência, por descargas de mau cheiro intolerável do veneno empregado no cozimento da celulose. Na parte do mar, um inadequado emissário submarino para o lançamento de seus dejetos industriais, acabou com a população marinha do estuário do rio Piracuruá-açu; antes da presença da Aracruz na região um dos rios mais piscosos, de capital influência para a pes-

ca nacional, em razão de estar ali o seu banco de peroás, considerado o maior do mundo, mas que foi literalmente líquido pela poluição da Aracruz Celulose.

As facilidades criadas em favor da Aracruz, principalmente neste campo ecológico, chegaram ao ponto de permitir que a empresa – em duas épocas diferentes – desviasse o curso de dois importantes rios para abastecer-se de

água: por ocasião da construção da fábrica, o rio Riacho; e mais recentemente, em função do esgotamento desse rio, o rio Doce, que banha parte expressiva de Minas Gerais e Espírito Santo. E é ainda o maior rio do litoral brasileiro. Foi sangrado também com a mesma finalidade do outro, sem qualquer exame de suas consequências. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente, criminosamente, dispensou o Relatório de Impacto Ambiental (Rima).

É uma falácia o tão propagado emprego de mão-de-obra da empresa. No campo ela emprega cerca de 1.600 trabalhadores ao longo dos seus eucaliptais. Se for comparado com outra atividade agrícola, o caso por exemplo da fruticultura, onde há 55 mil trabalhadores em apenas 50 mil hectares, o déficit de trabalhadores nas áreas da Aracruz é imenso. Por outro ângulo, a saída de mais de 30 mil trabalhadores das cinco mil pequenas propriedades substituídas por eucalipto; a expulsão do homem do campo pelo eucalipto é realmente brutal. Ela detonou a pequena propriedade do estado, que distingua, no aspecto fundiário, o Espírito Santo dos demais estados brasileiros.

Para culminar, com o advento da Lei Kandir – que desonerou as exportações e manteve os créditos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) das empresas –, a Aracruz passou a significar uma empresa de risco para o estado. Não paga ICMS na parte relativa à exportação, 90% de sua atividade, mas tem direito ao crédito gerado pelas exportações. Dessa forma, acumula mais de R\$ 500 milhões de crédito.

É a velha história do rosto sujo com expressão de esnobe.

Rogério Medeiros, jornalista.

O espectro do deserto verde no Norte/Noroeste fluminense

Marcos A. Pedłowski

O Autor chama a atenção para as atitudes sedutoras da produção de matéria-prima em grandes extensões eucaliptais.

As resistências à Aracruz, cada vez mais barulhentas no espaço capixaba, estão afugentando a 'amante' a tentar seduzir o Norte fluminense. O texto é clímax desse 'namoro' carregado de más intenções

A perda da cobertura vegetal nativa, e sua substituição por pastagens, são os aspectos mais visíveis aos que cruzam hoje o território fluminense. Segundo estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), as diferentes formações de Mata Atlântica, que cobriam 97% das terras fluminenses em 1500, ficaram reduzidas a cerca de 16% no ano 2000. Estas mesmas estimativas indicam que apenas entre os anos de 1912 e 1950, mais de 50% do território fluminense perdeu sua cobertura de florestas nativas. Ainda que dados recentes mostrem uma tênue recuperação da cobertura vegetal fluminense, o fato é que os principais fragmentos florestais ainda existentes encontram-se sob pressão constante da ação do homem, seja pelo crescimento urbano descontrolado, seja pela ampliação das atividades agrícolas.

As causas desta drástica redução da exuberante cobertura vegetal encontrada pelos primeiros colonizadores portugueses são múltiplas. No entanto, a derrubada de florestas nativas para o estabelecimento de atividades agrícolas, centradas nas monoculturas de café e cana-de-açúcar e na pecuária extensiva, é normalmente indicada como uma das principais causas para a situação atual. De fato, o estabelecimento da pecuária e do plantio da cana-de-açúcar como atividades econômicas importantes no Rio de Janeiro

ro remonta ao estabelecimento das capitâncias hereditárias, enquanto o ciclo do café teve um início mais tardio na segunda metade do século XIX. O modelo agropecuário adotado no estado tem sido usado como a explicação mais corrente para que os principais fragmentos de mata nativa existentes no território fluminense hoje se encontrem em áreas de topografia íngreme, e consequentemente de acesso mais difícil.

Ainda que a perda das áreas de Mata Atlântica seja generalizada, algumas áreas apresentam quadros particularmente agudos, como no caso das regiões Norte e Noroeste fluminenses. Ali a implantação das monoculturas de cana-de-açúcar e café, combinadas com a pecuária extensiva, teve um impacto particularmente dramático sobre os estoques de floresta nativa. Em 2001, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Inpe produziram o "Atlas de Remanescentes Florestais da Mata Atlântica", que demonstrou serem estas duas regiões as mais críticas do ponto de vista de novas derrubadas em todo o território fluminense. Além disso, a análise dos tipos de cobertura vegetal nelas existentes mostra dados ainda mais alarmantes. Dentre os 14 municípios que compõem a região Noroeste, 12 possuem mais de 80% de seu território ocupado por pastagens e 0% de matas nativas. O município de

São José de Ubá tem-se notabilizado pela ocorrência de agudos déficits hídricos, que causam grandes perdas econômicas aos habitantes. Já na região Norte fluminense, a situação é pouco melhor, pois apenas dois municípios (Macaé e Cachoeiras de Macacu) possuem em torno de 30% do seu território coberto por fragmentos de Mata Atlântica. Campos dos Goytacazes, o município com maior área territorial no estado, possui apenas 7% de seu território ocupado por matas nativas e 80% ocupado por pastagens e culturas agrícolas (a cana-de-açúcar ocupa a parcela mais significativa). Um detalhe particularmente irônico no caso do Norte/Noroeste fluminense é que alguns estudos mostram que a desaceleração econômica do setor agropecuário acabou tendo impactos mais positivos para a regeneração das áreas de floresta nativa do que possíveis ações das agências ambientais na busca deste tipo de recuperação. Ao mesmo tempo, além de mudanças nos microclimas regionais (cujo aspecto mais marcante é a diminuição nos índices pluviométricos), a acentuada perda da cobertura vegetal tem causado impactos evidentes sobre o ciclo hidrológico regional, com impactos diretos em diversas bacias de drenagem, sendo que a principal delas é a do rio Paraíba do Sul. Um dos efeitos mais notáveis do desmatamento ao longo da bacia do Paraíba do Sul têm sido as elevadas taxas de erosão cuja consequência maior é a diminuição de suas profundidades.

Assim, a diminuição aguda da cobertura vegetal nos 22 municípios que compõem estas duas regiões exemplifica de forma bastante didática as mudanças causadas pelo modelo agropecuário que predominou ao longo da história nas regiões interioranas do atual Estado do Rio de Janeiro. Tam-

bém é importante notar que o uso dado à terra desmatada possui uma componente fundiária, pois nas duas regiões há uma grande concentração da terra nas mãos de um número reduzido de proprietários que optam por sistemas agrícolas extensivos. Pesquisas feitas por professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) indicam que as regiões Norte e Noroeste fluminenses apresentam índices altíssimos de concentração da terra, o que explica parte significativa do massivo êxodo rural que ali ocorreu a partir de 1970. Deste modo, a combinação destes fatores as torna bastante problemáticas do ponto de vista socioambiental, pois a existência de grandes propriedades cujos sistemas agrícolas possuem baixa necessidade de mão-de-obra implica a existência de um processo de degradação ambiental cuja contrapartida social é a exclusão econômica para setores significativos das regiões Norte e Noroeste fluminenses.

ARACRUZ CELULOSE SE INTERESSA PELAS TERRAS DO NORTE/NOROESTE FLUMINENSE E A SOCIEDADE CIVIL REAGE

Foi neste ambiente altamente complexo que surgiu uma nova preocupação em meados de 2001, quando o então governador Anthony Garotinho visitou as instalações da Aracruz Celulose no Espírito Santo. Um resultado prático dessa visita foi a assinatura de um protocolo de intenções entre o governo do Rio de Janeiro e a direção da Aracruz, em que ficaram estabelecidas as condições da vinda dos plantios de eucalipto da empresa para o território fluminense. O protocolo de intenções previa o cultivo de eucalipto em 42 mil hectares, com um investimento de 86 milhões de reais. O primeiro fato que chamou a atenção de políticos e líde-

res de movimentos sociais no Estado do Rio de Janeiro foi que o conteúdo do protocolo de intenções não foi tornado público, o que serviu para levantar suspeitas sobre o que havia sido acordado. Esta desconfiança baseava-se na experiência concreta vivida no Espírito Santo, onde as atividades da Aracruz Celulose encontram-se sob pesadas críticas da sociedade civil capixaba.

As críticas mais contundentes direcionam-se aos métodos utilizados pela Aracruz para assumir o controle de vastas áreas de terras capixabas ocupadas por pequenos produtores rurais, comunidades indígenas e quilombolas. As críticas aos plantios da Aracruz também incluem a acusação de que causam uma acentuada diminuição nos postos de trabalho e implicaram um forte êxodo rural. Não bastasse estes questionamentos levantados na sociedade civil capixaba por meio da Rede Deserto Verde, os plantios extensivos de eucalipto têm sofrido mundialmente pesadas críticas também por causa das mudanças ambientais que causariam. Entre estas mudanças se encontram a diminuição da biodiversidade, a contaminação do lençol freático por fertilizantes e pesticidas, e a diminuição dos estoques de água.

A Aracruz iniciou em 2002 uma campanha agressiva para obter o apoio do poder público e da sociedade civil organizada na região Norte fluminense, uma das áreas focais para o plantio do eucalipto no Rio de Janeiro; visando evitar a repetição do mesmo tipo de oposição enfrentada no Espírito Santo. Uma das estratégias adotadas foi a realização de visitas à sua sede em Barra do Riacho (ES), o que envolveu a organização de duas caravanas de prefeitos, técnicos de secretarias e membros de organizações não-governamentais no mês de fevereiro.

O prefeito de Campos, Arnaldo França Vianna, que visitou a sede da Aracruz, chegou a comparar as visitas a audiências públicas, pois teriam por objetivo “ampliar a transparência” do processo. Vários prefeitos e secretários voltaram do Espírito Santo entusiasmados com a perspectiva dos investimentos e geração de empregos prometidos pela Aracruz. O entusiasmo dos que visitaram Aracruz não contagiou os membros da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Campos, ou tampouco a sociedade civil do Norte fluminense, que começaram a reagir ao projeto de expansão da Aracruz. A partir de contatos entre lideranças políticas e movimentos sociais, deu-se início a uma série de encontros que procuravam informar a sociedade regional sobre os impactos associados à monocultura de eucalipto. Este esforço resultou na realização de uma audiência pública na Câmara Municipal de Campos, onde representantes da Aracruz puderam apresentar a sua proposta de expansão do plantio de eucalipto no Rio de Janeiro. A partir dessa audiência pública foi definida a formulação de uma lei municipal que deveria disciplinar e restringir a área a ser ocupada com o plantio de eucalipto no município de Campos. Ao mesmo tempo, foi iniciada a preparação de um seminário sobre os riscos da monocultura do eucalipto, que acabou ocorrendo simultaneamente nas cidades de Campos e Rio de Janeiro, contando com a presença de trezentas pessoas, entre elas o deputado Nasser Youssef, autor da lei que proibiu novos plantios de eucalipto no Espírito Santo. Este processo de mobilização culminou com a criação da Rede Deserto Verde Fluminense, cujos primeiros êxitos incluem a suspensão do protocolo de intenções firmado entre o governo do Rio de Janeiro e a Aracruz



Área de plantios de eucaliptos da Aracruz Celulose

Um detalhe particularmente irônico no caso do Norte/Noroeste fluminense é que alguns estudos mostram que a desaceleração econômica do setor agropecuário acabou tendo impactos mais positivos para a regeneração das áreas de floresta nativa do que possíveis ações das agências ambientais na busca deste tipo de recuperação

e na publicação da Lei Municipal 7.282 que delimitou o tamanho dos plantios de eucalipto no município de Campos. Outro desenvolvimento significativo nesse processo foi a aprovação pela Assembléia Legislativa (RJ) de um projeto de lei que estabeleceu a necessidade da realização de um zoneamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro como condição básica para a implantação de projetos florestais como os pretendidos pela Aracruz.

Esta lei foi sancionada em janeiro de 2003 pela governadora Rosinha Garotinho.

RAZÕES PARA DUVIDAR DA MONOCULTURA DO EUCALIPTO COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO NORTE/NOROESTE FLUMINENSE

Um primeiro aspecto relevante na polêmica em torno dos efeitos socioambientais da monocultura de eucalipto relaciona-se com os percebidos prejuízos ambientais que a seguem. Os defensores dessa prática argumentam que não existem provas científicas confiáveis de que os plantios extensos de eucalipto seriam os únicos culpados pela aceleração dos processos erosivos ou pelo desaparecimento dos mananciais hídricos. Além disso, são apresentados argumentos de que a existência de cerca de seiscentas espécies de eucalipto permitiria que fossem utilizadas apenas as que fossem menos exigentes no que se refere à fertilidade dos solos e na demanda por água. No entanto, normalmente é omitido o fato de que empresas como a Aracruz



Vista frontal das instalações industriais da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro/ES

acabam utilizando um elenco muito menor de espécies de eucalipto, que são selecionadas justamente pela sua grande velocidade de crescimento, o que resulta também de maior habilidade dessas espécies em absorver nutrientes e água dos solos.

Um segundo aspecto relaciona-se com o ciclo de corte adotado pelas empresas envolvidas nesses plantios que é relativamente curto, ou seja, as plantas são normalmente cortadas quando chegam a sete anos de idade, um momento em que ainda estão exigindo uma grande quantidade de nutrientes e água. A repetição deste ciclo de corte acaba requerendo a aplicação de altas quantidades de fertilizantes para compensar os nutrientes exportados com o corte raso de centenas de hectares de plantios. Além disso, este ciclo rápido normalmente em grandes blocos exige também a aplicação de enormes quantidades de pesticidas por causa do grande número de pragas e doenças. Assim, temos neste caso um somatório de problemas que contribuem não só para diminuir a biodiversidade do solo, mas também

Os plantios extensivos de eucalipto têm sofrido mundialmente pesadas críticas também por causa das mudanças ambientais que causariam. Entre estas mudanças se encontram a diminuição da biodiversidade, a contaminação do lençol freático por fertilizantes e pesticidas, e a diminuição dos estoques de água

para poluir os cursos aquáticos. Finalmente, a diminuição da fauna e da flora em plantios homogêneos é uma fonte constante de questionamento por parte dos críticos dos plantios de eucalipto.

Afinal, o reconhecimento de que a substituição de florestas heterogêneas como a Mata Atlântica por essa espécie exótica vinda da Austrália resulta na diminuição da biodiversidade e acaba tendo poucos opositores. Mas não custa lembrar que as árvores de eucalipto não geram frutos, e por isso o

número de aves e animais que nelas sobrevivem são muito menores do que numa área de mata nativa. Contudo, as impropriedades ambientais dos grandes plantios de eucalipto aqui discutidas ganham uma expressão ainda mais eloquente quando as sobreponemos à realidade climática encontrada atualmente nas regiões Norte/Noroeste fluminenses. A existência de um persistente déficit hídrico em muitos de seus municípios, diretamente associada à diminuição dos índices pluviométricos nas últimas décadas por causa da devastação da Mata Atlântica, soma-se a altas taxas de erosão em toda a área. Em espaços críticos como os do município de São José de Ubá, existem indícios de que um grave processo de desertificação está em curso. Segundo dados da Fundação Cide (Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro), para evitar o exacerbamento desta situação apenas no Noroeste será necessário reflorestar 765,4 km² com matas nativas a um custo estimado de R\$ 70 milhões. Já na área a ser reflorestada apenas em São Fidélis, Santo Antônio de Pádua e Itaperuna alcançaria 539 km² a um custo de R\$ 43 milhões. Neste caso, pode-se ver que a intenção de investimento da Aracruz anunciada para o Estado do Rio revela-se não aquém do que é preciso para se reverter o agudo processo de degradação ambiental em curso, mas que também poderia somar graves dificuldades para esforços mais abrangentes de recuperação da cobertura vegetal no Norte/Noroeste fluminense.

Por outro lado, os aspectos sociais que acompanham a monocultura de eucalipto não deixam de trazer preocupações para a realidade fluminense. Estudos feitos no Espírito Santo mostram que em todas as cidades onde a Aracruz instalou seus plantios houve um aumento da concentração da

terra na mão de um número menor de proprietários. Isto ocorreu não apenas porque a própria Aracruz se tornou uma grande proprietária de terras, como também pelo efeito concentrador da chamada política de fomento florestal na qual a empresa descentraliza seus plantios para terras de terceiros, pois somente os agricultores mais capitalizados logram manter suas propriedades após se envolverem no plantio de eucalipto. Isto se dá principalmente pela baixa produtividade da monocultura de eucalipto, que gera apenas R\$ 200 por hectare/ano, e assim só seria viável economicamente se realizada em grandes extensões. Já o plantio da goiaba, muito comum no Norte fluminense, produz R\$ 30.000,00 anuais na mesma área. No caso do Norte/Noroeste, a concentração de terras, que já é muito alta na maioria dos municípios, será ainda mais agravada, justamente num momento em que a agricultura familiar começa a ganhar grande impulso por causa dos assentamentos de reforma agrária que se estão multiplicando, resultantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esta contradição, ainda que fortuita, entre a monocultura de eucalipto e a agricultura familiar, expressa pelos assentamentos de reforma agrária, nos leva a uma questão de suma importância que é a habilidade comparada no campo da geração de empregos que ocorre no bojo de dois modelos de propriedade da terra tão distintos.

No caso específico do Norte fluminense, onde o governo estadual criou o Programa Frutificar exatamente para possibilitar uma alternativa produtiva à decadente monocultura da cana-de-açúcar, os dados referentes à geração de empregos não poderiam ser mais significativos. Segundo estimativas divulgadas pela Assembléia Permanente das Entidades de Defesa do

As árvores de eucalipto não geram frutos, e por isso o número de aves e animais que nelas sobrevivem são muito menores do que numa área de mata nativa

Meio Ambiente do Rio de Janeiro, enquanto um hectare na fruticultura pode gerar 10 empregos, a monocultura de eucalipto gera apenas 0,05 de emprego por hectare em 5 anos. A adoção da monocultura do eucalipto serviria assim para agravar o êxodo rural e aumentaria a população favelada em municípios como Campos dos Goytacazes, que hoje já conta com cerca de 25% de seus habitantes em cerca de 50 favelas.

Em suma, a oposição à monocultura do eucalipto não deve advir apenas de preocupações de cunho ambiental, mas principalmente da necessidade de geração de um modelo de desenvolvimento regional que incorpore, e não alienie, parcelas significativas da população rural que hoje enfrentam graves dificuldades para se manter na agricultura por causa do *stress* ambiental em que se encontra a maior parte dos municípios do Norte/Noroeste fluminense.

O QUE FAZER COM O ESPECTRO QUE PAIRA?

A percepção reinante entre os opositores à vinda da Aracruz para o Estado do Rio é de que ainda que a lei estadual tenha sido menos rígida do que a lei aprovada em Campos dos Goytacazes, a sua promulgação foi um êxito da luta travada pela Rede Deserto. Contudo, a falta de sua regulamentação é repetidamente citada como um entrave sério à efetiva aplicação. Esta demora causa especial preocupação porque a Federação das Indústrias do

Rio de Janeiro (Firjan), tradicional aliada da governadora Rosinha Garotinho, continua propalando abertamente seu apoio à intenção da Aracruz de instalar seus plantios no Rio de Janeiro. Este fato é acrescido ainda de notícias que circulam nos meios imobiliários de Campos dos Goytacazes dando conta de que a Aracruz continua adquirindo terras na região Norte. Assim, embora a Aracruz tenha diminuído a publicidade em torno do seu projeto de se instalar em terras fluminenses, as evidências são de que ações continuam sendo adotadas para garantir que estas sejam incluídas como áreas produtoras de matéria-prima. Deste modo, frisa-se a necessidade que a sociedade civil fluminense, especialmente a Rede Deserto e as organizações que a compõem, retomem imediatamente o debate em torno da viabilidade social, econômica e ambiental da monocultura de eucalipto no Estado do Rio de Janeiro. Em face do que foi discutido neste artigo, as repercussões que tais plantios podem trazer requerem uma ampla agenda de ações cujo ponto inicial é a mobilização em torno da imediata regulamentação e implementação da lei do zoneamento ambiental. Do contrário, o estabelecimento dos plantios da Aracruz não só será inevitável, como possivelmente será envolvido por problemas ainda mais sérios do que os que afigem hoje o Espírito Santo. Assim, não basta apenas notar que o espectro do deserto verde está pairando sobre nós, mas enfatizar a necessidade da sociedade organizada reagir à sua presença, para que se produzam respostas que levem em conta a gama de questões afigindo o Norte/Noroeste fluminense tanto social como ambientalmente.

Marcos A. Pedlowski, doutor em Planejamento Regional e professor na Universidade Estadual do Norte Fluminense.

O Estado planta um deserto

Hélder Gomes

Mercado aberto, vendas a varejo da soberania territorial, com seus lençóis freáticos, seus rios, suas aves, suas frutas; e venda de direitos humanos de índios e quilombolas. "Sob a ótica desenvolvimentista do regime militar brasileiro... escondeu-se a apropriação de recursos públicos, a disseminação da violência... a tomada de terras de indígenas, de remanescentes quilombolas e de imigrantes organizados na agricultura familiar", diz o Autor, para formar desertos

Este artigo procura reconstituir sucintamente como se tem construído um dos mais rentáveis desertos artificiais da história republicana brasileira. Cavando em terreno pouco fértil em informações, um grupo de integrantes da "Rede Alerta Contra o Deserto Verde" conseguiu recuperar boa parte da história da constituição do conglomerado Aracruz Celulose S.A., líder de uma das mais lucrativas atividades econômicas já introduzidas no Brasil, sob a proteção autoritária e a motivação financeira do Estado brasileiro.

Testemunhar isso significou entender que a partir da garimpagem desses militantes sociais conseguiu-se descontar uma combinação de movimentos bem articulados política e ideologicamente. Sob a ótica desenvolvimentista do regime militar brasileiro, pós-1964, escondeu-se a apropriação de recursos públicos, a disseminação da violência, bem como a tomada de terras de indígenas, de remanescentes quilombolas e de imigrantes organizados na agricultura familiar. Como efeito colateral, ainda observou-se uma sequência irreparável de crimes ambientais, de graves repercussões imediatas, com inegável comprometimento futuro da biodiversidade das regiões atingidas, direta ou indiretamente.

Reflorestar, sob os cânones do capitalismo tardio brasileiro, significou depredar, destruir os remanescentes da Mata Atlântica em regiões planas de fácil mecanização, cortada por uma imensidão de recursos hídricos, que hoje lamentavelmente reclama sua inserção nas benesses de programas da Agência para a Energia (Adene)/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), numa nítida admisão de que o deserto verde chegou para ficar.

Essas constatações podem ser observadas numa passagem pelo litoral norte do Estado do Espírito Santo. Nas estradas que cortam o deserto, situação a que chegou a Zona dos Tabuleiros capixaba, as pessoas podem perceber que o verde da monocultura do eucalipto não é acompanhado pelo canto variado das diversas espécies de

pássaros que ali habitavam há trinta anos, nem da corrida lenta dos vários riachos e córregos, em cujos leitos atualmente até vemos plantadas várias dessas árvores exóticas.

O entendimento do papel do Estado nesse processo é de fundamental importância para contextualizá-lo no âmbito de uma forma bastante particular de manifestação da acumulação capitalista. O desafio deste artigo é, portanto, a desmistificação de um apelo bastante difundido na região capixaba a partir de 1970; afirmava que a pior poluição seria a miséria e que, portanto, não deveríamos impedir o desenvolvimento em nome de posições ideologicamente ligadas ao atraso e ao subdesenvolvimento.

ARTICULAÇÃO DE INTERESSES COM O ESTADO

Uma das principais barreiras à responsabilização pelos crimes ecológicos e sociais praticados pela monocultura do eucalipto no litoral norte do Espírito Santo está no meio intelectual. Vários estudiosos e pesquisadores estão convencidos de que os atuais controladores privados do capital acionário da Aracruz Celulose não podem ser responsabilizados pelas ações criminosas, vinculadas aos primórdios de sua constituição há mais de trinta anos. O argumento chega a ser simplório: a Aracruz foi constituída sob o controle acionário do Estado brasileiro e só depois de estar em pleno funcionamento foi privatizada.

O que se observa no exame de documentos e estudos sobre esse processo

de constituição empresarial é a possibilidade de outra visão quanto a responsabilizá-la. No processo de esgotamento do modelo de substituição de importações, por volta de 1965, alguns empresários passaram a observar uma ótima oportunidade de acumulação, a partir de incentivos fiscais à silvicultura de eucalipto, elevando a escala de produção interna, visando alcançar os mercados internacionais de celulose.

Tratava-se de um contexto externo e interno muito particular para as oportunidades de investimentos voltados direta e indiretamente para a indústria de celulose de mercado no Brasil. Várias alterações legislativas e institucionais foram sendo articuladas no Brasil, na medida em que os mercados internacionais de papel e celulose apontavam para uma pressão da demanda, assim como para grandes dificuldades de expansão da produção de madeira nos países tradicionalmente produtores mundiais dessa matéria-prima estratégica.

Muitas negociações foram realizadas até a formulação dos esquemas de viabilidade da produção de celulose de eucalipto para exportação em grande escala no Brasil. Relações empresariais, políticas e até pessoais formavam um conjunto de articulações, envolvendo personalidades brasileiras e também alguns empresários estrangeiros, motivados por estudos da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) de que os mercados internacionais de madeira estavam abrindo novas oportunidades. Assim, essas motivações foram encaminhadas ao Estado Brasileiro e os governos militares trataram de operacionalizá-las, especialmente a partir da intervenção da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que procurava naquele período por alternativas de diversificação de seus negócios.

Em sua dissertação de mestrado, de 1990, a doutora Sônia Maria Dalco-

muni, professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), relata que, de posse dos resultados de pesquisa encomendada pela CVRD, cerca de onze empresários se moveram a contratar novos serviços à Ecotec (empresa de engenharia e consultoria contratada anteriormente pela CVRD), agora, para viabilizar estudos de localização dos projetos de plantação de eucalipto para a produção de celulose. Segundo a professora Dalcomuni, esse grupo de onze empresários foi constituído por Antônio Dias Leite Jr. (Ecotec), Erling S. Lorentzen (atual diretor presidente do Grupo Aracruz), Otávio Cavalcanti Lacombi, Oliva Fontenelle de Araújo, Fernando Machado Portella, Eliezer Batista (presidente da CVRD à época), João Maciel de Moura, Álvaro Soares, Afonso Soares, José Chaldas e Renato Grajollo.

O primeiro resultado objetivo dessa articulação de interesses foi a promulgação da Lei n. 5.106, de 2/9/66. Essa lei criou amplos incentivos fiscais para o "reflorestamento", numa nítida demonstração do poder de articulação dos empresários liderados por Antônio Dias Leite Jr., considerado mais tarde pelo ex-governador capixaba Arthur Carlos Gehardt Santos, como o *pai* da legislação sobre incentivos fiscais à plantação de eucalipto.

Mas, não parou por aí. O Estado brasileiro criou ainda várias linhas de financiamento e, também, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967, período em que também se formava a primeira turma de engenheiros florestais, concluindo curso mantido por convênio entre o IBDF e a FAO.

OS PRIMEIROS INVESTIMENTOS

Diante de tantas vantagens fiscais do governo federal e dos estudos de viabilidade econômica, os empresários articulados pela Ecotec partiram para

a montagem do novo negócio. A Aracruz Florestal S.A. foi fundada no dia 25 de janeiro (1967), demonstrando o alto senso de oportunidade e a capacidade de articulação desses empresários que, num curto prazo conseguiram viabilizar todas as condições favoráveis aos empreendimentos pretendidos e, em setembro de 1967, iniciaram-se os primeiros plantios de eucalipto pelo grupo econômico emergente, no litoral norte capixaba, região tida como a mais adequada pelos estudos recomendados.

No período do "Milagre Econômico Brasileiro", atendendo aos apelos das empresas interessadas na ampliação dos benefícios fiscais ao plantio de eucalipto, o governo federal baixou o Decreto-Lei n. 1.134/70, criando uma modalidade de financiamento diferenciada em relação à empregada pela Lei n. 5.106/66, de um fundo do Banco do Brasil, que passou a ser abastecido por parcelas do Imposto de Renda.

O governo do estado do Espírito Santo também encomendou estudos à Ecotec para viabilizar linhas de financiamento às plantações de eucalipto pelo sistema Codes/Bandes (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo). Além disso, foram operadas negociações com o governo federal para ampliar a oferta de energia no Espírito Santo, a fim de viabilizar os investimentos industriais projetados, inclusive o projeto da celulose. Resultou daí, a fusão da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) com a Espírito Santo Centrais Elétricas SA (Escelsa), subsidiária da Eletrobrás, o que propiciou investimentos em hidrelétricas e em redes de transmissão e de distribuição de energia.

Assim, uma vez preparadas as condições necessárias, o grupo de empresários interessados avançou na consolidação do projeto industrial de celulose. Com isso, em abril de 1972 foi criada a empresa Aracruz Celulose SA,

Existem documentos da Rede Alerta Contra o Deserto Verde que indicam irregularidades em relação aos processos de legitimação de terras ocorridos na década de 1970 no Espírito Santo. Pessoas físicas requeriam terras devolutas do estado, mas após a obtenção do título de posse, repassavam essas terras para empresas do Grupo Aracruz

que se constituiria a partir daí como uma *holding*, convertendo-se a Aracruz Florestal numa subsidiária do Grupo Aracruz.

A APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE TERRAS

Os métodos de reconhecimento oficial da posse de terra pelas empresas reflorestadoras colocam o Estado num grau relevante no processo de alocação das plantas industriais de celulose. Esse reconhecimento oficial da posse de terras foi fundamental, de um lado, para estabelecer as condições objetivas para a competitividade do projeto industrial em pauta; e, de outro, porque as terras estavam ocupadas por indígenas, remanescentes quilombolas e por outros contingentes populacionais que sobreviviam da agricultura familiar, mas, que não detinham qualquer documento formal que legalizasse sua propriedade.

Existem documentos em poder da Rede Alerta Contra o Deserto Verde que indicam fortes indícios de irregularidades em relação aos processos de legitimação de terras ocorridos na década de 1970 no Espírito Santo. Nes-

ses processos, pessoas físicas requeriam terras devolutas do estado, mas após a obtenção do título de posse, repassavam essas terras para empresas do Grupo Aracruz. Muitos dos requerentes de terras devolutas eram funcionários do Grupo Aracruz e, a pedido deste, assinavam requerimentos, por mera liberalidade, sem mesmo conhecer as terras que pleiteavam.

Nesse aspecto, cumpre destacar que uma das formas para transmutar a terra devoluta em particular era o processo de legitimação de terra. A aquisição e a medição de terras devolutas deveriam ser verificadas pelo órgão competente. O requerente cumpria certos requisitos inerentes à posse da terra pretendida e a ele era assegurada a respectiva titularidade. Isso significa que a legislação impunha ao requerente de terras devolutas o preenchimento de certos requisitos, entre os quais se exigia a comprovação de que o requerente fosse lavrador ou criador, ou se dedicasse a atividades agropecuárias. A Lei Delegada Estadual 16/67 impunha ainda, para a legitimação de posse, alguns outros quesitos: a existência de cultura efetiva, moradia habitual do posseiro pelo prazo mínimo de três anos e ele manter, pelo menos, uma quinta parte de terreno em exploração.

Entretanto, inúmeros requerentes não eram agricultores, nunca moraram nas terras, nem sequer sabiam sua localização e, quando afirmavam em seu requerimento que as terras eram destinadas a cultura de cereais e pastos, desviavam a verdadeira intenção do aproveitamento da terra, para a plantação de eucalipto, a fim de beneficiar a Aracruz Celulose, uma vez que muitos requerentes eram funcionários da empresa e, somente apunham suas assinaturas em requerimentos, para beneficiá-la.

É importante salientar o prejuízo para o estado, uma vez que, no final do processo, as terras devolutas foram

legitimadas graciosamente a quem de direito não as ocupava. Terras públicas, que poderiam ter sido destinadas a programas sociais, como à reforma agrária, e a uma política agrícola diversificada se têm transformado em áreas da monocultura de eucalipto, em favor daqueles que detêm o poder econômico e político de determinar sua utilização com vistas à apropriação particular das riquezas ali geradas.

Depoimentos de pessoas pertencentes às comunidades remanescentes dos quilombos relatam as formas arbitrárias como suas famílias e demais descendentes de quilombolas foram coagidos a desocupar as pequenas glebas em que cultivavam produtos da terra para sua subsistência. Segundo os depoentes, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus existiam mais de cem comunidades remanescentes de quilombolas, na década de 1970, cujo contingente populacional alcançava cerca de dez mil famílias. Com a apropriação pelo Grupo Aracruz, das terras antes ocupadas pelas comunidades descendentes de escravos, reduziu-se drasticamente a população das vilas e dos povoados remanescentes, os quais passaram a somar apenas cerca de 35 comunidades, abrangendo pouco mais de 1.200 famílias. Fica flagrante, segundo os depoimentos, o volume de famílias expulsas das áreas rurais para ocupar as favelas das cidades capixabas. Abandonados nas cidades, sem qualquer qualificação profissional urbana e sem emprego, boa parte desses descendentes de escravos acabou na marginalidade e nas prisões.

Representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), membros da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, também afirmam que existia uma área de 40.000 hectares na posse de indígenas, que foram sendo passados para o domínio da Aracruz Celulose, por meio de terceiros, compradores de

terras, cuja destinação era o plantio de eucalipto, utilizando-se muitas vezes da coerção e da violência.

É importante assinalar a responsabilidade dos empresários vinculados aos processos de aquisição ilegal de terras, mas também devem ser consideradas as devidas responsabilidades dos respectivos agentes públicos envolvidos nessa trama. Tais constatações contribuem para a qualificação do papel das autoridades locais nesse processo de reconhecimento da propriedade de boa parte das terras atualmente ocupadas com o plantio de eucalipto no estado do Espírito Santo.

A CONSOLIDAÇÃO DOS PROJETOS INDUSTRIAS

O grande salto para a consolidação dos projetos de produção de celulose de mercado em larga escala viria a partir de 1974. Pesados investimentos estatais em associação com blocos de capital estrangeiro constituíram *joint ventures*, modelo que se apresentava como mais oportuno à constituição das empresas produtoras de celulose de mercado, para exportação, naquele período. Imediatamente após o lançamento do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o governo federal atendeu aos reclames empresariais, divulgando o "I Programa Nacional de Papel e Celulose", instituindo o modelo de *Distritos Florestais*, com o objetivo de promover um zoneamento florestal, o qual seria a base para a concessão dos incentivos fiscais implementados.

Nesse novo contexto a primeira unidade industrial do Grupo Aracruz foi viabilizada. Como não vingou o financiamento das agências multilaterais, como o Banco Mundial (Bird), optou-se pelas linhas de crédito subsidiado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), posteriormente BNDES e a captação de recursos externos com aval do gover-

no federal. Assim, em 21 de agosto de 1975, celebrou-se o acordo para a consolidação da *joint venture* com um orçamento global de aproximadamente US\$ 536 milhões: 45% de investimentos diretos do BNDE, 19% de empréstimos externos e 36% angariados com os demais acionistas privados, o que se constituía no maior financiamento concedido a empresa privada naquele momento.

Sônia Dalcomuni aponta ainda outra grande apropriação pelo grupo Aracruz de parcelas de investimentos estatais a partir da Vale do Rio Doce (CVRD). Esta empresa, então estatal, foi responsável pela pesquisa de viabilidade portuária no litoral capixaba e, nos anos 1950 apresentava uma boa alternativa de diversificação de seus negócios no município de Aracruz/ES, com a instalação de um terminal portuário para a exportação de minério-de-ferro e o desembarque de carvão. Esses estudos, abandonados pela CVRD, que optou pelo Porto de Tubarão, na entrada da Baía de Vitória, acabaram sendo utilizados pelo Grupo Aracruz, na construção do Terminal Especializado de Barra do Riacho (Portocel), terminal de cargas cativas da nova empresa. Os investimentos diretos da CVRD também foram utilizados para que chegassem ao Portocel um tronco da Ferrovia Vitória-Minas.

O governo estadual também contribuiu para esse arranjo do financiamento ao Grupo Aracruz. Mesmo que pouco significativo, em relação aos aportes de recursos do BNDE, o Grupo Aracruz forçou um embate com as elites industriais locais e obteve, em junho de 1977, uma linha de financiamento subsidiado de Cr\$ 140 milhões. Além disso, um veto do então governador Élcio Alves ao Projeto de Lei n. 93/77, de iniciativa do Poder Legislativo, derrubou a proibição do avanço das plantações de eucalipto em áreas propícias à mecanização agrícola.

Ao mesmo tempo, o governo estadual isentou de impostos a transmissão de bens imóveis para os casos de terrenos destinados ao "reflorestamento".

Paralelos à concentração fundiária, os altos volumes de investimentos exigiu uma grande centralização do capital social da nova empresa que, segundo a professora Sônia se consolidava com a seguinte composição acionária: BNDE (25,90%), Souza Cruz (25,90%), Fibase Serviços Informáticos (14,72%), Grupo Billerud (6,07%), Grupo Lorentzen (5,08%), Vera Cruz Agroflorestal (3,37%), Grupo Moreira Salles (2,63%), 391 acionistas minoritários (16,33%).

A PRIVATIZAÇÃO DEFINITIVA

Na onda neoliberal que chegava ao Brasil, o BNDE iniciou o processo de alienação em bolsa de sua participação societária e suas ações foram adquiridas pelo Banco Safra, que passou então a controlar 25,90% do capital social do Grupo Aracruz.

No início da década anterior o BNDES (então com o "S" de social) manteve sua disposição de contribuir para o Grupo Aracruz e aprovou as linhas de financiamento e de participação acionária. Desta vez, cerca de US\$ 1 bilhão foi alocado para promover a primeira grande expansão das unidades industriais da Aracruz, que passaria à produção de celulose de 491.000 t/ano para 1.100.000 t/ano, na virada para os anos 1990. Com isso, a composição acionária se alteraria, voltando o BNDES a participar significativamente no Grupo Aracruz, quando este passava por uma nova centralização de capital: Grupo Lorentzen (28,0%), Banco Safra (28,0%), Souza Cruz (28,0%), BNDE (12,5%), Outros (3,5%).

A pressão da demanda e as oportunidades de financiamento barato do BNDES propiciaram uma nova ampliação das unidades do Grupo Aracruz

Terras públicas, que poderiam ter sido destinadas a programas sociais, se têm transformado em áreas da monocultura de eucalipto, em favor daqueles que detêm o poder econômico e político... com vistas à apropriação particular das riquezas ali geradas

no estado do Espírito Santo. A Fábrica C, inaugurada em 2002, foi projetada para elevar a produção de 1,3 milhão para 2 milhões de t/ano de celulose de fibra curta branqueada, com investimento total aproximadamente de US\$ 825 milhões: US\$ 575 milhões para a área industrial, US\$ 220 milhões para a área florestal, e US\$ 30 milhões para infra-estrutura logística e outros investimentos. Os financiamentos para a Fábrica C do Grupo Aracruz foram os responsáveis pela elevação dos empréstimos no BNDES em 2001 em relação ao ano anterior. Dos cerca de R\$ 666,3 milhões aprovados em junho de 2001, pela Finem (Financiamentos e Empreendimentos/BNDES), o BNDES liberou no exercício cerca de R\$ 417,8, com juros variando entre 7,8% e 11,65% a.a., a serem amortizados entre 2002 e 2009, com as mesmas garantias dos empréstimos anteriores.

REFLEXÕES FINAIS

Os projetos de expansão industrial no Espírito Santo prevêem a necessidade de ampliação do suprimento de madeira e exigem um incremento de mais 72 mil hectares às reservas de eucalipto de propriedade do Grupo Aracruz. Para além do discurso oficial do Grupo, as evidentes devastações ecológi-

cas no norte do Espírito Santo têm sido agora mais precisamente interpretadas, a partir dos trabalhos da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Observa-se em vários documentos um processo intensivo de destruição dos remanescentes da Mata Atlântica no território capixaba e nos estados vizinhos.

A devastação da Mata Atlântica para o plantio de eucalipto leva ao esgotamento do solo. A exigência comercial estabelece que as plantações exóticas apenas passem a sugar os nutrientes necessários a um crescimento rápido (6 anos), sem tempo de maturação suficiente para que sejam devolvidos à terra os elementos de fertilização natural, uma vez que as plantas devem ser imediatamente cortadas para a produção de celulose. Tudo isso exige e tem como consequência o desvio e o assoreamento de rios, a destruição de nascentes e a poluição da água devido ao uso de agrotóxicos. Planta-se eucalipto junto às nascentes e às margens de córregos e rios, sem respeitar a distância exigida pela legislação.

Motivado pela acumulação privada de capital o Estado brasileiro contribuiu para a produção das áreas territoriais transformadas em desertos verdes. Todo esse esforço estatal de financiamento subsidiado resulta num conglomerado econômico de grande dimensão. Os investimentos do Grupo Aracruz se estendem muito além do território capixaba. Para atender a seus planos de expansão, em 2000 o Grupo Aracruz tratou de comprar 45% da participação do grupo Odebrecht na empresa Veracel, por US\$ 81 milhões, tornando-se sócia igualitária no empreendimento com a finlandesa Stora Enso. Além dos acordos com a Veracel, o Grupo Aracruz ainda aprovou a construção de um terminal portuário, no município de Caravelas/BA, bem como a ampliação do Portocel, em Barra do Riacho, para o transporte de

madeira do sul da Bahia, com investimentos previstos em torno de US\$ 20 milhões. No último dia 2 de julho foi anunciada a compra da Riocell, da Klabin, pelo Grupo Aracruz. Trata-se de uma unidade com capacidade de produção de 400 mil t/ano de celulose branqueada, localizada na cidade de Guafba, no rio Grande do Sul, com uma área de 40.000 ha plantada com eucalipto.

Parece não haver limites para a ganância baseada na desertificação do território nacional, muitos intelectuais, porém, estão divulgando ser este um processo que resulta da necessidade humana de ampliação das plantações de eucalipto para a produção de madeira. Temos muito a aprender com os militantes sociais e com membros das comunidades impactadas social e ecológicamente pelo eucalipto. Talvez, somente essas pessoas possam nos apresentar alternativas para a utilização mais humanitária dos milhões de dólares empregados pelas agências oficiais do Estado brasileiro.

Quem sabe o BNDES poderia fazer valer o seu "S" utilizando melhor suas linhas de financiamento, ao contrário de servir de correia de transmissão para a concentração e o controle de capital, estimulando a produção de matéria-prima para papel higiênico, lenços e toalhas de luxo, voltados para atender às exigências de uma camada cada vez mais minoritária de privilegiados do mundo dito civilizado. ■

Hélder Gomes, mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

A monocultura de eucalipto

e o atual governo

Marcelo Calazans

Floresta e florestas, monocultura predatória e pluriculturas revitalizadoras; isso é pauta para um governo sério. "Vai celulose" com financiamento novo, "vem maquinário" com financiamento externo. Um processo pauperizador que deseja estender-se ainda mais e precisa ser obstado em favor da reforma agrária e da agricultura familiar

Em fevereiro de 2003, antes de dois meses completos da posse do novo governo, o setor florestal entregou a Lula uma proposta de agenda. Segundo a imprensa que cobriu o evento, participaram da reunião o presidente, o vice-presidente José Alencar, Roberto Rodrigues (Agricultura), Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Marina Silva (Meio Ambiente), além de quarenta empresários dos mais representativos.

A reunião do setor florestal com o governo Lula é um importante marco, pois sinaliza o novo aspecto e atualiza a histórica relação do Estado brasileiro com os complexos agroindustriais. Educadas vinte anos no "empreendedorismo" da ditadura militar, sob

a proteção de seus incentivos fiscais e financiamentos públicos, isentas de pagamentos de água, muitas vezes em terras devolutas com a expulsão de populações tradicionais; e historicamente beneficiadas pela omissão dos órgãos públicos no que tange à regulação socioambiental, as empresas de carvão vegetal e papel e celulose iniciam, sob o governo Lula, um novo formato de relação com o Estado.

Antes mesmo que o Estado pudesse reorganizar-se em sua necessária e salutar transição político-administrativa; antes ainda de preenchidos os cargos das principais secretarias ministeriais; antes de iniciado o debate do Plano Plurianual e do necessário repensar do Programa Nacional de Florestas; antes sobretudo de qualquer audiência mais ampla com os setores representativos da sociedade civil brasileira diretamente impactada pelos plantios em larga escala de exóticas; o setor florestal a todos se antecipa e oferece seu projeto de entrelaçamento das megapolíticas públicas estatais com seus megainteresses privados.

Síntese da estratégia empresarial de aproximação e abordagem para o novo poder executivo, a idéia de uma 'agenda' é 'presente de grego' para um governo que ainda faz a diagnose das condições de seu governar. Com propostas e números de uma objetividade *just-in-time*, metodicamente construídos para possibilitar uma prótese e um encaixe perfeito no meio do pragmatismo governista, a 'agenda' empresarial

não apenas propõe um conteúdo, como também tenta impor seu ritmo temporal às políticas estatais.

Entre outros itens, a agenda apresentada propõe ao governo alguns pontos que merecem maior reflexão:

- A criação de uma secretaria específica, a "Secretaria de Florestas Plantadas", temática que não mais se vincularia ao Ministério do Meio Ambiente, mas ao Ministério da Agricultura.
- Um plano de aumento da área plantada dos atuais cinco para onze milhões de hectares, em uma média de 600 hectares/ano, nos próximos dez anos.

Ao mesmo tempo em que apresentava suas metas e prazos para o governo, os empresários alardeavam possíveis resultados 'conjuntos':

- Triplicar as exportações do setor, passando dos atuais três bilhões de dólares para quinze bilhões.
- Dobrar o número de empregos gerados, dos atuais 2,5 para 5 milhões.

Para um governo recém-eleito, em que predomina o debate macroeconômico da vulnerabilidade externa, do "risco-Brasil", da taxa de juros, da meta de superávit primário e da urgência de exportação, dólares, investimentos, empregos, a idéia de se gerar 2,5 milhões de postos de trabalho e exportar US\$ 12 bilhões a mais, e ainda "plantando florestas", é de um apelo irrecusável!

O setor florestal brasileiro passou os últimos trinta anos cunhando seu atributo "florestal". Exportador em larga escala, e assentado no latifúndio

conforme o modelo pré-republicano das monoculturas das *plantations*, o setor desde cedo percebeu a importância de alojar-se metonimicamente no sentido mais lato da palavra 'floresta'. No monodisco, seus técnicos, cientistas e marqueteiros, tentam apagar e fingir não existir toda e qualquer diferença possível entre a monocultura de eucalipto em larga escala e as florestas diversas, nativas, seja cerrado, seja mata atlântica, onde mais se instalaram as unidades empresariais de manejo de exóticas que cobrem atuais cinco milhões de hectares do território nacional. Deixando de lado o ciclo hídrico, a diversidade da fauna e da flora, o solo, e sobretudo os povos das florestas, pode-se, somente assim, nomear 'floresta' uma monocultura de eucalipto em larga escala, com ciclo de seis anos, e intenso uso de agrotóxicos.

Cunhar para si o termo 'florestal' foi e continua sendo um ponto de fundamental importância para o conjunto do setor, pois, por esse artifício, consegue se beneficiar duas vezes: primei-

ra, abrindo brechas que permitam disputar as políticas estatais relacionadas com as 'florestas': programas de financiamentos, incentivos fiscais, pesquisas em universidades públicas, etc.; segunda, trata-se de um estratégico argumento e mensagem, para um mercado consumidor cada vez mais pressionado a adotar padrões mínimos de regulação socioambiental, tamanha a devastação do planeta pela sociedade industrial do consumo. E o setor repete em coro: "Plantamos florestas!" De imediato e na maioria das vezes, para o consumidor final, urbano, desatento ou indiferente, isso pode servir de alento, mas para a experiência daqueles que convivem lado a lado, ou que trabalham ou habitam em comunidades rurais cercadas em meio à concentração dos plantios homogêneos, para o saber empírico de índios, quilombolas, pescadores, 'geraizeiros', carvoeiros, campesinato em geral, a monocultura jamais poderia ser comparada ao cerrado e à mata-atlântica em que foram criados seus pais e seus avós, sem

uma violação radical de sentido do conceito de 'floresta'.

Se o setor "florestal" agora quer um novo aspecto, quer incluir-se no Ministério da Agricultura, por uma secretaria específica, isso não significa abdicar de seu atributo "florestal" para exportação. Para fora, para ter acesso aos créditos de carbono do Banco Mundial, para apresentar-se ao consumidor europeu com selos verdes, o florestal permanece estratégico! Para dentro, para melhor se posicionar na disputa das políticas públicas do governo Lula é que, neste momento, é mais estratégico via Ministério da Agricultura. Longa distância entre Marina Silva, ministra egressa do movimento socioambiental dos povos da floresta e Roberto Rodrigues, ministro proveniente do *agrobusiness*. Distância que se reflete nos respectivos orçamentos e nas estruturas de cada ministério.

A idéia de mais seis milhões de hectares de plantações de *pinus* e eucalipto no Brasil é alarmante, diante dos conhecidos impactos já denunciados por um conjunto de atores sociais que acabaram por se reunir em uma rede informal chamada *Rede Deserto Verde*.

No Espírito Santo, na Bahia e em Minas Gerais, há municípios com 50%, 60% ou mesmo 70% de seu território tomado pela eucalipto-cultura. O vale do Jequitinhonha, repleto de eucaliptais está entre os piores indicadores sociais do País. Cidades como Conceição da Barra no Espírito Santo e outras tantas na Bahia e em Minas Gerais, regiões inteiras antes povoadas por índios, quilombolas, 'geraizeiros', hoje estão ocupadas pelos plantios. Por toda a década de 1990 o setor terceirizou, mecanizou, demitiu em massa, intensificou a produtividade do trabalho. Somente no norte do ES e no extremo sul da Bahia, com a mecanização do corte do eucalipto, as empresas

Francesco Fantini/Fotograf



Trabalhadora no canavial

demitiram mais de dez mil trabalhadores da motosserra. Nos cálculos apresentados ao presidente, o setor gera hoje 2,5 milhões de empregos. Estranhos cálculos esses que não explicitam suas hipóteses e contextos. Pelos cálculos do Movimento dos Pequenos Agricultores, tal como de geógrafos e agrônomos, da universidade ou de ongs, o manejo de eucalipto para carvão ou celulose não gera muitos empregos no campo, algo em torno de um posto de trabalho a cada 25,30 hectares, conforme principalmente a inclinação do relevo. Comprando preferencialmente áreas planas, a mecanização do corte está em sintonia com a importação de maquinário e tecnologias europeias, notadamente nórdicas. O caso da terceira fábrica da Aracruz é exemplar: Banco Nôrdico de Investimento (NIB) oferece crédito para exportação das empresas nórdicas. Por sua vez, no Brasil, o BNDES oferece créditos para importação de maquinário e ampliação de terras para novos plantios. Um movimento do comércio internacional que evidencia o desequilíbrio das relações Norte/Sul. Do NIB para o BNDES, do BNDES para a Aracruz, da Aracruz para as empresas nórdicas! Vai celulose, vem maquinário e tecnologia!

Dos empregos que ainda gera no campo, são famosos os casos de carvoeiros e trabalhadores dos plantios, ambos sob condições desumanas de trabalho, seja por envenenamento com agrotóxico, seja em função do trabalho infantil. Reduzindo custos e tornando precárias as condições de trabalho, a terceirização de parte do processo produtivo foi amplamente utilizada pelas empresas, que geram hoje poucos trabalhos diretos e de qualidade, principalmente se comparados a outros setores econômicos que poderiam ocupar o mesmo território. Replantar espécies do Cerrado ou da Mata Atlâ-

"Plantamos florestas!" para o consumidor final, urbano, desatento ou indiferente, isso pode servir de alento, mas para o saber empírico de Índios, quilombolas, pescadores, 'geraizeiros', carvoeiros, campesinato em geral, a monocultura jamais poderia ser comparada ao cerrado e à mata-atlântica sem uma violação radical de sentido do conceito de 'floresta'

tica, aprofundar o programa nacional de reforma agrária, recuperando terras de pastagens e improdutivas para o assentamento de famílias sem terra, produzir alimentos básicos para a segurança alimentar do brasileiro, recuperar bacias hidrálicas e o bem-viver dos povos da floresta, isso deve ser prioritário diante do interesse empresarial do latifúndio monocultor e de exportação no mesmo território. Antes de crescer mais seis milhões de hectares, o setor deveria devolver as terras tomadas a populações tradicionais e as terras devolutas que ocupou ainda durante a ditadura militar.

Embora possa contribuir com atuais três milhões de dólares de exportação, a isenção de ICMS, as perdas socioambientais e os passivos trabalhistas das empresas indicam ser esse um cálculo que não leva em conta os reais custos do empreendimento. O acidente de Cataguases e a poluição do rio Pomba, atingindo Minas e o norte do Estado do Rio, deixando boa parte da população regional sem água; as periferias de Teixeira de Freitas, na

Bahia e de São Mateus, no norte do Espírito Santo, lotadas de ex-trabalhadores das empresas florestais; os conflitos com a vizinhança em todos os estados; indicam que o custo real que sustenta essa exportação ainda não foi devidamente calculado.

No Congresso Nacional já se articulou uma potente "bancada da silvicultura", com deputados de vários estados da federação, de diversos partidos. O financiamento privado das campanhas para o parlamento, bem como para o executivo têm se mostrado um enclave para a consolidação redistributiva da frágil democracia brasileira. O setor de papel e celulose e o setor siderúrgico estão entre os que mais financiaram a campanha de deputados. Financiaram da direita à esquerda, candidatos de vários partidos, governistas e oposicionistas.

Pará, Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco; onde serão plantados os seis milhões de hectares de eucalipto e *pinus*, tal como prevê a agenda proposta pelo setor florestal ao Governo Lula? Barrar essa expansão desregulada, desconcentrar os atuais plantios, diversificar a pauta exportadora do setor florestal, para além da celulose e papel, para além do ciclo curto da monocultura; recuperar para o estado as terras devolutas ocupadas pelas empresas; devolver as terras de povos indígenas e populações quilombolas; no zoneamento do território, priorizar a reforma agrária, a agricultura familiar e a produção de alimentos, bem como a recuperação das matas nativas e dos recursos hídricos; são pontos de uma pauta que apenas começa a ser construída! São os pontos que a sociedade civil brasileira oferece para o diálogo com o governo.

Marcelo Calazans, coordenador da Fase/ES

Eucalipto: o símbolo de um modelo destrutivo

Ricardo Carrere

Acabou ficando caro produzir árvores para consumo no Primeiro Mundo. Com a falência na produção da matéria-prima, buscam-se outras 'vítimas humanas' para alimentar os 'deuses'. Até a falácia do "bônus de carbono" inventaram o Estado cônivente – e geraram "florestas que matam tudo" embora a "fome não se mate com eucalipto"

O crescente debate no Brasil em torno das monoculturas de eucalipto não é nada novo no mundo. Pelo contrário, a questão remonta à década de 1980, quando começaram a surgir graves confrontos entre a população local e empresas plantadoras. Os primeiros conflitos documentados tiveram lugar na Índia, mas problemas similares acontecem nos mais variados países conforme as plantações vão invadindo áreas cada vez maiores de território. Da Tailândia ao Chile, de Portugal à África do Sul, da Colômbia à Indonésia, o avanço do florestamento veio acompanhado de conflitos sociais e ambientais.

A ORIGEM DO PROBLEMA

Geralmente, o objetivo central das grandes plantações de eucalipto são as exportações. O mais das vezes, o produto a ser exportado é celulose, embora (em alguns casos) acrescente-se também a madeira, ou, até mesmo, a exportação indireta da energia resultante da conversão de madeira em carvão vegetal, incorporada a produtos de mineração. Mais recentemente, veio acrescentar-se um novo 'produto': a venda dos chamados "bônus de carbono".

Embora o escrito acima seja certo, a situação descrita também admite outra leitura: o objetivo dessas plantações é promover o abastecimento do Norte industrializado com determinados bens de que carece ou começo a carecer ou não quer produzir. Ao mesmo tempo, pretende-se utilizar os nossos territórios como 'depósitos de lixo de carbono'.

MIGRAÇÃO DA CELULOSE

A indústria em geral e a de celulose em particular estiveram tradicionalmente baseadas no Norte. As extensas florestas do Canadá, dos Estados Unidos, da Rússia e de parte da Europa foram a base do desenvolvimento dessa indústria. Porém, o crescente consumo de matéria-prima, somado ao crescimento de um movimento ambientalista que tentava proteger florestas cada vez mais degradadas, foi dizimando a base de sustentação da indústria. A indústria do papel, pois, deu o

passo estratégico de promover a instalação de plantações de árvores para garantir o fornecimento de matéria-prima a longo prazo.

No entanto, essa matéria-prima devia reunir três condições: ser barata, farta e homogênea. Para que isso fosse possível, tinha de vir de plantações em grande escala, de rápido crescimento, baseadas em uma ou em poucas espécies de madeira semelhante, instaladas em países onde a terra e a mão-de-obra fossem baratas e onde contassem com o apoio do Estado. Como quase nenhum desses requisitos era preenchido pelo Norte (lento crescimento das árvores, terra e mão-de-obra caras), promoveram as plantações nas regiões tropicais e subtropicais. O resultado está à vista de todos: grandes plantações de eucalipto no Brasil, Indonésia, Chile, África do Sul, Congo, Tailândia, Uruguai, entre tantos outros.

Mas a estratégia não acabava aí. A crescente degradação ambiental ligada à produção de celulose levou a uma legislação cada vez mais restritiva nos países do Norte, o que implicava custos cada vez mais elevados para cumprir as disposições ambientais. Isso explica a crescente migração da produção de celulose para os países do Sul, os quais abastecem de matéria-prima barata a indústria do papel sediada no Norte. A parte suja do processo é feita em países como o Brasil, a Indonésia e a África do Sul, ao passo que a parte limpa é realizada no Norte.



Crianças na carvoaria

DEPÓSITOS DE LIXO DE CARBONO NO SUL

Ao anterior, juntou-se mais recentemente o suculento negócio dos bônus de carbono. De que se trata? É sabido – embora os cientistas contratados pelas empresas petroleiras o neguem – que a mudança climática está acontecendo e que a causa principal é a emissão dos chamados “gases de efeito estufa”, à frente dos quais vem o bióxido de carbono, em grande parte resultante da queima de combustíveis fósseis: carvão de pedra, petróleo e gás natural. A solução, pois, é evidente: tem de ser reduzido drasticamente o uso desses combustíveis.

Os governos assinaram um convênio sobre Mudança Climática com o objetivo de resolver o problema. Pôrém, rapidamente passaram a primar considerações econômicas e os custos que implicaria para o mundo industrializado implementar as mudanças necessárias. Eles acharam uma ‘solução’ bem mais barata, inventando o chamado “Mecanismo de Desenvolvimento

Essa matéria-prima devia reunir três condições: ser barata, farta e homogênea tinha de vir de plantações em grande escala, de rápido crescimento, baseadas em uma ou em poucas espécies de madeira semelhante, instaladas em países onde a terra e a mão-de-obra fossem baratas e onde contassem com o apoio do Estado

Limpo” (MDL) cuja sigla, na realidade, poderia traduzir-se melhor como ‘Mecanismo de Duvidosa Limpeza’.

O mecanismo é tão simples quanto imoral e parte da idéia de que um país pode evitar ter que reduzir suas emissões se consegue comprar a outro um número equivalente de ‘bônus de carbono’. Uma das formas para conseguir bônus de carbono é com as

plantações de árvores. Ao crescer, as árvores seqüestram CO₂ do ar e o transformam em biomassa por meio da fotossíntese, o que – segundo os ideólogos do sistema – transforma as plantações em “sumidouros de carbono”. Embora o mecanismo não resista à menor análise quanto à sua incidência positiva no que se refere à mudança climática, ele foi apoiado com entusiasmo tanto pelos países industrializados (para evitar ter que adotar medidas reais com relação aos combustíveis fósseis), quanto pelos países com grandes áreas plantadas (com as quais esperam obter importantes somas de dinheiro).

PLANTAÇÕES BASEADAS EM MENTIRAS

Diferentemente de outras monoculturas em grande escala, as plantações de árvores possuem uma condição muito particular: são definidas como “florestas plantadas”. Apesar do absurdo que implica pretender que uma monocultura de uma espécie australiana como o eucalipto possa ser considerada uma ‘floresta’ no Brasil, insiste-se tanto nessa falsidade que o termo é muitas vezes utilizado até por alguns ambientalistas. Portanto, para poder discutir seriamente a questão, é imprescindível começar por definir corretamente as plantações, esclarecendo que não são florestas e que não cumprem nenhuma das funções – nem ambientais nem sociais – que estas cumprem. Em todo caso, se insistem em chamá-las “florestas”, deveria ser como as definiu um índio tupiniquim que habita a área das plantações da Aracruz Celulose, no Espírito Santo: “são florestas mortas que matam tudo”.

Essa definição é perfeita. Nas plantações, tudo – exceto o eucalipto – está morto. Não existem animais, nem aves, nem liquens, nem musgos, nem

samambaias. Quando há, é porque nas proximidades existe alguma floresta de verdade e os seres vivos que aí habitam transitam pelas plantações, mas sem participar delas. Segundo a definição, porém, não só estão mortas, mas, também, "matam tudo". Com efeito, elas acabam com a água, sem a qual muitas espécies desaparecem. Alteram substancialmente o solo, fazendo com que a maior parte das espécies que garantem a vida do solo desapareçam e com elas o funcionamento do mesmo solo. Não fornecem alimento para as espécies nativas. E, pior ainda, acabam com as chances de sobrevivência das populações humanas locais e as expulsam.

CIENTISTAS PAGOS PELAS EMPRESAS

Apesar disso, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, há cientistas pagos pelas empresas dispostos a demonstrar o indemonstrável: que as plantações são positivas, tanto para as pessoas quanto para o ambiente. Quando eles não conseguem 'demonstrarlo', dizem que "não há evidência científica", como se isso fosse prova de que os impactos não existem. Isso é o que eles fazem, principalmente no caso da água. Quando as populações locais do Brasil (Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais) ou do Chile, da Índia, da Tailândia ou do Uruguai mostram os poços, lagoas ou córregos secos, limitam-se a dizer que "não há evidência científica que prove a relação entre esse fato e as plantações".

A capacidade desse tipo de 'cientista' é assombrosa. Em áreas onde não dá para ver uma única ave, seus estudos 'provam' a existência de tantas ou mais aves das que existem na floresta próxima. Enquanto os solos são lentamente mortos pelas plantações, eles 'demonstram' que estão sendo enri-

"Mecanismo de Desenvolvimento Limpo" (MDL) é tão simples quanto imoral e parte da idéia de que um país pode evitar ter que reduzir suas emissões se consegue comprar a outro um número equivalente de 'bônus de carbono' com as plantações de árvores

quecidos com a contribuição de matéria orgânica. Enquanto a fauna local vai sendo extermínada pelo uso de herbicidas tóxicos, eles afirmam que estes são "menos nocivos que o sal de mesa".

No plano social, conferem credibilidade às mentiras das empresas quanto à mentira de como melhoraram as condições de vida das pessoas. Os milhares de pessoas que foram expulsas – voluntária ou involuntariamente – para ceder lugar às plantações parecem não ter existido nunca. Falam da quantidade de empregos gerados pelas empresas, mas não do número dos que perderam suas terras e meios de vida por causa das plantações. Eles se esquecem de dizer que grande parte do trabalho é realizado em péssimas condições, sob o mando de contratistas que violam todas as normas de trabalho.

As mentiras são muitas, mas a verdade salta aos olhos. Em todas as regiões ocupadas por monoculturas de árvores em grande escala, a situação é praticamente a mesma: desemprego generalizado, condições de trabalho ruins e destruição ambiental.

Talvez, a lição mais clara a respeito da questão tenha sido dada por outro indígena, desta vez um caiaque da

Indonésia, que disse: *As empresas plantadoras são bem piores do que as empresas madeireiras. Os madeireiros invadem nossos territórios, cortam as melhores árvores e vão embora. As empresas plantadoras também invadem nossos territórios e cortam as melhores árvores, mas, depois, queimam o resto, plantam suas árvores e ficam!* É provável que esse seja o pior de todos os impactos das plantações: a apropriação para sempre de enormes áreas de território, com a consequente expulsão de populações locais e a perda de seus meios de sobrevivência.

O EUCALIPTO: REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DE UM PARADIGMA

É lógico que o culpado disso tudo não é o eucalipto. Impactos similares foram constatados em monoculturas semelhantes de pinheiro, dando origem a acirradas lutas de oposição, como, por exemplo, no sul do Chile. Mas a verdade é que o eucalipto virou símbolo desse paradigma florestal que procura a rápida produção de grandes quantidades de madeira barata, sem se importar com a destruição social e ambiental que deixa a seu passo. Mas o aspecto simbólico – embora compreensível – não deve confundir a questão: o problema é o modelo e não a espécie. Em países como os nossos, a apropriação de milhões de hectares para plantações de eucalipto não só não faz sentido: ela é criminosa. A fome não se mata com eucaliptos!

Ricardo Carrere, coordenador Internacional do World Rainforest Movement.

Quando algo se esgota, se termina, se acaba, será que algo novo surge em seu lugar? E, se acaso surge, guardaria na memória as coisas boas do antes? Poderia encontrar nova alegria de viver, novas razões e novos prazeres? Ou seria uma espécie de novo capítulo de uma história sem continuação com o capítulo anterior? Não tenho respostas seguras. Tenho dúvidas e são tantas... Entretanto, é preciso viver com elas, dentro delas, agarrada a elas...

Às vezes penso que nossa geração está escrevendo um capítulo louco da história humana, um capítulo que nos fará quase esquecer dos capítulos anteriores tanto os bonitos quanto os feios. Estamos destruindo nossa memória e sem memória pereceremos. Repetimos erros políticos, erros econômicos, erros sociais, erros ecológicos, erros pessoais como se não tivéssemos ainda aprendido a aprender da nossa própria História. Acumulamos técnicas e conseguimos construir em cima do passado, mas parece que não acumulamos coletivamente sabedoria de vida e assim não construímos sobre elas.

Partilho pensamentos, esgotamentos, lembranças, turbulências e carícias da 'alma' em busca de si mesma.

Os coqueiros que caíram com a força das ondas bravias por causa das matas cortadas e de tantas outras coisas e causas já não estavam mais lá, quando voltamos para lembrar do passado... A praia estava sombria e triste... Parecia um campo salpicado de papéis, latas e garrafas por toda a parte misturando-se a pedaços de troncos de árvores largados, abandonados, rejeitados... Não era guerra, mas sentimos algo frio como a morte apesar do sol intenso que queimava nossos corpos. Não era guerra, mas a praia suja e triste nos dava a impressão de que lá houvera uma batalha. Estranha batalha!

A notícia não saiu nos jornais, não foi capa de revista. Não havia mortos visíveis, mas sentíamos morte. Não havia sinais de armas pesadas deixados na praia, mas havia uma estranheza, um mal-estar, uma ameaça, um clamor de dor e de mau odor que se respirava. Não havia pedaços de uniformes militares nem balas de canhões, mas havia sensações de abandono espalhadas pela praia e pela beira do mar.

As águas limpas do mar, as águas daquelas praias distantes do Nordeste já não nos permitiam mais lembrar a beleza dos nossos corpos brincando e sorrindo num passado não muito distante. Estavam poluídas e malcheirosas... Difícil recordar os bons tempos em meio aos maus cheiros e à sujeira. Eles agrideam a memória, bloqueiam as ternas lembranças, paralisam os sentidos.

Placas nos advertiam que não se deveria nadar... o mar agrediria nossos corpos como lhe agredimos o corpo. O mar se vingaria, devolveria a moléstia que provocamos nele! Contagiamos o mar, a praia, o ar com nossa doença consumista e eles reagem às nossas ações e provocações.

Sujamos as águas do mar e ele perdeu a memória das próprias carícias... O mar já não nos acaricia. Tememos seus braços, tememos que nós envolva, que nos carregue e levemente nos leve... Não podemos mais deitar em seu regaço e deixar nosso corpo em repouso no seu corpo.

Esgotamento do mar... Atenção! Perigo! Águas impróprias para o banho!

Decidimos depois visitar aquela mata onde muitas vezes nos sentamos debaixo de uma velha mangueira a falar da vida em nós e nos que amávamos. Seria bom recordar os velhos tempos, as velhas lutas, os companheiros tombados, os feridos, os amados. Seria bom falar de nós, de nossos sonhos realizados e daqueles que nem sequer conseguiram se esboçar. Seria bom partilhar o tempo presente e o passado...



Mas, o mau cheiro habitava o lugar... Fezes e urina humana... Nossa mangueira estava lá, ainda de pé, porém parecia maltratada, riscada, ferida. Alguns de seus belos troncos haviam sido podados, mal podados... Parecia até que sangravam... Insetos aos milhares proliferavam, zumbiam e voavam... nos impediam até de conversar em paz. Espantávamos um. Matávamos outro. Coçávamos o lugar da picada... Ardia, doía, sangrava... Pragejávamos contra todos esses incômodos bichinhos... E eles com insistência cortavam nossa conversa como bebês famintos sentindo o ventre roncar e anunciar a hora do alimento. Éramos seu alimento, talvez impróprio alimento. Sugavam nosso sangue, nossa paciência, nossa paz... Comiam nossa carne, nossa conversa, nossos gestos... Atrapalhavam nosso momento de ternura e nossa vontade de estar juntos para simplesmente estar juntos.

A mata, a velha mata de tantas recordações estava exaurida, agredida, esgotada... Nós a esgotamos com nossas queimadas indevidas, com o lixo que trouxemos, com a sujeira que depositamos, com a fumaça das fábricas bem perto dela... Agora a mata e seus habitantes se vingavam de nós. Agrediam nossos corpos como resposta à nossa agressão passada. Seria isso o que acontecia ou estávamos tentando dar respostas a nós mesmos sobre as inesperadas situações vividas?

Saímos de lá inquietos, irritados, tristes tentando encontrar um refúgio, um lugar bonito e agradável. Tínhamos sede de água e de beleza. Precisávamos delas para recordar as belas coisas da vida... Afinal era o nosso dia de lazer, dia tão desejado em meio as lidas diárias.

Quem sabe se fôssemos a uma praia mais adiante onde havia um restaurante tranquilo. Estaríamos mais protegidos e até próximos do mar. Lá poderíamos conversar calmamente e ainda apreciar de longe a beleza da praia. E assim fizemos...

O restaurante estava repleto de gente, mas mais do que a quantidade de pessoas foi a quantidade de música barulhenta que nos molestava. Não se podia falar. A música se impunha com força estrondosa. Esperávamos com ansiedade o momento em que os sons diminuíssem um pouco acompanhando o ritmo da música, para balbuciar algo. Eram apenas balbucios... mal começávamos uma frase e os sons agudos, graves, estridentes, estonteantes abafavam nossas vozes. Não podíamos sequer gritar. Ninguém nos ouvia. Nós mal nos ouvíamos. Não podíamos sequer pedir que baixassem o som. Éramos a exceção da regra. Éramos os intrusos em busca de calma e silêncio.

Os freqüentadores estavam contentes ou ao menos pareciam estar. Balançavam-se ao som da música, fa-

lavam alto, gargalhavam. Bebiam, comiam, gritavam. E nós em nossa mesa a dois, num canto do salão, não conseguíamos encontrar o que buscávamos. Estávamos deslocados, desterrados, condenados, expulsos do paraíso. Nos olhamos tristemente. Era como se um choro contido brotasse de nossas entranhas. Sentíamos um e outra a mesma dor, o mesmo engasgo na garganta, o mesmo aperto no coração. Estávamos esgotados... nós também estávamos esgotados em meio à aparente energia de tanta gente.

Esgotamento da natureza, de todos os recursos naturais, de todas as fontes de vida. Esgotamento humano. E então nos lembramos da fala de Deus a Noé: *Chegou o fim de toda carne, eu o decidi, a terra está cheia de violência por causa dos homens e eu os farei desaparecer da terra. (...) Vou enviar o dilúvio, as águas sobre a terra para exterminar de debaixo do céu toda a carne que tiver sopro de vida* (Gênesis 6, 13, 17).

Estremecemos juntos. Nossos olhos estavam rasos d'água. Será esta a saída? Não mais outros caminhos, outras tentativas, outros esforços, outras conferências de ONU, ONGs, Associações das mais diferentes tendências e orientações... Não haverá o antídoto perfeito para sair do esgotamento de energias? Que fazer? A quem buscar? A que novas portas bater?

A consciência de Noé nos atormentava. Nos sentímos cada um de seu jeito Noé diante da desolação do mundo. Será que ele tinha razão? que é preciso começar tudo de novo, nascer de novo para viver de novo? Será que é preciso esperar que pássaro volte com um ramo de oliveira? E quando será esta volta? Será que voltará?

A consciência de que é preciso começar tudo de novo, começar do velho mundo a recriação do mundo novo parecia crescer entre nós. Agora já não balbuciávamos palavras. Gritávamos e precisávamos gritar, queríamos gritar e, nossa saída era gritar loucamente, perdidamente até a rouquidão. Ouvíamos dificilmente nossas vozes... sabíamos que tínhamos muitas saídas, mas muitas vezes e naquele momento nos encontrávamos sem saída.

Experimentávamos algo inédito naquele dia, algo mais doloroso do que a consciência de Noé. Parece que estávamos desacreditando de nós mesmos e de nossa capacidade de mudar para melhor, para a sustentação

de todas as vidas. Onde estavam nossas esperanças de juventude? Onde estava a nossa teimosia militante de anos a fio?

Parece que à força de destruir e nos destruir perdímos a confiança em nossa capacidade de construir um mundo mais justo, belo e agradável. Parece que estávamos convencidos de nossa capacidade para a guerra, para as disputas, para as armas de todos os tipos. Mas, não era aquilo que buscávamos!

A história de Noé nos mostrava que ele acreditou num pequeno resto provindo de todas as raças e espécies. Acreditou que a diversidade de vidas se ajudando mutuamente sobreviveria às grandes catástrofes... E conseguiu esperar na arca até que tudo pudesse recomeçar.

E nós? Será que necessitaremos novas arcas? Quais? Não tínhamos respostas. Apenas um turbilhão de sentimentos nos habitava.

Saímos do bar, saímos do barulho, saímos da multidão, corremos para a praia, corremos pela praia... Já era quase noite. O mundo começava a se aquietar, algumas luzes se acendiam... Não havia estrelas naquele noite... ao menos naquele hora. Nem a lua tinha ousado aparecer. Sentamos na areia suja/limpa, cheirosa/malcheirosa... Nos demos as mãos com força como se precisássemos ainda mais, um da outra. Ficamos em silêncio olhando o mundo acontecer. Respirávamos a misturada respiração do mundo... Nós éramos esse mundo. Esse mundo era nosso corpo...

O coração parecia se abravar... as mãos juntas sentiam-se mais quentes... e nós dois começamos ao mesmo ritmo a cantarolar bem baixinho, quase como um sussurro comum... *Mas a vida, a vida o que é meu irmão... / (...) Apesar de ser errada é sempre amada, desejada... / E a vida é bonita, é bonita e é bonita.* O mundo parecia nascer em nós de novo. Não havia respostas. Havia lembranças, memórias, pedaços de canções que nos sustentavam... Elas não estavam totalmente esgotadas... Havia desejos, saudades, alguns sonhos, esperanças...

Era preciso continuar, recomeçar, limpar o mundo, plantar árvores e flores, fazer filhas e filhos, continuar amando com jeito, sem jeito... Era preciso ajudar as abelhas e os pássaros, os peixes e as baleias... as mangueiras e cajueiros, sem esquecer dos coqueiros. Era preciso nascer sempre de novo.

Brasil-Colômbia: territórios do narcotráfico e das comunidades afras

Jorge Atilio Silva Julianelli e José Maurício Andion Arruti

Os Autores reúnem o que viram, o que sentiram, o que sofreram entre as comunidades as mais vulneráveis disseminadas/enxotadas para espaços territoriais a forças repressivas/opressivas, empurradas para a amargura e muitas vezes o crime. São comunidades indígenas (propriedade roubada) e afras (posse negada), por isso vulneráveis ante os invasores plantadores de plantas mortas e plantadores de ilícitos do tráfico. Uma agenda em aberto sobre direitos humanos na América Latina

O Brasil conta com pelo menos duas importantes questões sociais coincidentes com a Colômbia: os territórios de uso comum das comunidades negras rurais e os territórios do narcoplantio. A partir de experiências de trabalho concretas, no Brasil, oriundas tanto de pesquisas científicas quanto da oferta de serviços de assessoria, queremos apresentar, embora rapidamente, essas conexões. Apesar de tais

trabalhos e pesquisas terem sido em regiões diferentes e terem origens e interlocutores distintos, nossa participação no Fórum Social Temático, realizado no último mês de junho, em Cartagena, Colômbia, revelou como tais temas acabam por se reencontrar por meio do paralelo com a situação da população rural colombiana. No Brasil temos acompanhado os trabalhadores rurais do Submédio São Francisco, nos estados da Bahia e de Pernambuco e as comunidades negras rurais, conhecidas como remanescentes de quilombos, dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Em ambos os casos, concentrarmo-nos no tema da defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais dessas comunidades, atuando por meio da qualificação de agentes locais, na produção de pesquisas sociológicas e antropológicas e na formação de redes de apoio às demandas desses grupos. Esta breve reflexão comparativa com a Colômbia pretende trazer alguns dados sociológicos que permitam ampliar nosso contexto de análise e recuperar o olhar, hoje tão perdido, sobre a natureza latino-americana de certos dilemas nacionais.

NARCOPLANTIO

No Submédio São Francisco, acompanhamos a situação vivida por um conjunto de famílias atingidas pela barra-

gem de Itaparica em 1986. O deslocamento compulsório dessas famílias trouxe uma série de consequências desestruturantes da vida camponesa preegressa. Entre esses fatores está a produção de *cannabis sativa*. A região na qual essas famílias foram realocadas é de tradicional cultivo dessa planta (maconha), bem como de tradicionais situações de violência. Há registros do cultivo da *cannabis* naquela região a partir do século XVIII. A produção em escala agroindustrial, entretanto, ampliou-se na segunda metade da década de 1980. A produção e distribuição da *cannabis* encontraram o solo fértil das brigas de famílias locais. A associação dos grupos locais com grupos do Estado do Rio e de São Paulo ampliaram o potencial bélico, letal e a capacidade produtivas dos grupos. A crise do plantio da cebola e do algodão criou as circunstâncias econômicas para o envolvimento de camponeses e camponesas, pequenos produtores familiares, no plantio da *cannabis*.

A atuação do governo, meramente repressiva, com a continuidade de, ao menos, sessenta anos de política de erradicação de áreas de plantio (a partir de 1941), deixa apenas duas, porém muito graves consequências. Por um lado, deslocam as atividades de segurança das áreas de plantio, o que se faz por meio de armas, para outras ativi-

dades criminosas, sobretudo crimes contra o patrimônio e as pessoas, fenômeno reconhecido como migração do crime. Por outro lado, a indistinção da repressão atinge, sobretudo, as camadas mais vulneráveis, matando milhares de jovens naquela região. Uma das cidades mais violentas no Brasil, e que tem um dos maiores índices nacionais de morte por causa externa, é a cidade de Floresta com o índice (1997) de 1/185 jovens mortos por causas externas, acima de tudo com armas de fogo.

Assim, a similitude entre a situação brasileira dos trabalhadores rurais que plantam drogas ilícitas e a situação desse grupo colombiano é muito grande. Primeiramente, em ambos os casos a lei os reconhece como traficantes, e o tratamento que a lei oferece é a detenção. Em segundo lugar, mesmo no caso em que se oferecem estratégias governamentais de desenvolvimento alternativo, as consultas àquelas comunidades locais são mínimas ou nulas – especialmente no caso brasileiro, no qual a única iniciativa nesse sentido foi realizada pela Secretaria Nacional Antidrogas, em 1998. Em terceiro lugar, na Colômbia e no Brasil os jovens são transformados em mão-de-obra (lavradores), agentes de segurança e vítimas do processo repressivo e das lutas por território entre os gerentes da produção agroindustrial. Em quarto lugar, nos dois países, as formas de aliciamento de camponeses para o processo produtivo são diversas, desde a persuasão amistosa até o seqüestro e detenção em áreas de plantio. Enfim, um estudo comparado das duas situações e a procura de alternativas para os camponeses é mais um ingrediente fundamental para abordar essa questão latino-americana e internacional.

Podemos falar de semelhanças em relação aos processos de aliciamento

da mão-de-obra camponesa para o ingresso na atividade produtiva do cultivo de drogas ilícitas. Na Colômbia e no Brasil, a população responde a um imperativo econômico. A ausência de sistemática política agrícola e agrária que beneficie os pequenos produtores, a manutenção do sistema de latifúndio monocultor e os processos de modernização agroindustrial da produção rural implicam a construção de um exército social camponês de reserva para a agroindústria de drogas de cultivo ilícito. Na Colômbia e no Brasil se estabelecem relações camponesas de dependência com os latifundiários, que são a um tempo relações de subordinação e de simpatia, o patrão é também o padrinho. Essa é uma relação de confiança. E esse é um fator importante para o aliciamento da mão-de-obra camponesa pela via amistosa. Excluímos comentários aqui sobre a via coercitiva e violenta pois isso implicaria análises de distinção entre os dois países.

Outra questão importante para notar semelhanças e diferenças diz respeito ao tratamento legal conferido aos camponeses. O Brasil e a Colômbia pautaram políticas nacionais de segurança e políticas em relação às drogas a partir do parâmetro norte-americano da guerra às drogas. A questão camponesa é vista como insumo a ser eliminado, e não é irrealista afirmar que a erradicação dos plantios envolve a eliminação dos camponeses, sobretudo os mais jovens. O fato dos fumigamentos provocarem custos ambientais altíssimos e custos sociais, como a cegueira de camponeses, ainda mais graves, juntamente com a eliminação de camponeses, resultante das investidas militares contra os 'narcoprodutores' e em vista da erradicação das áreas de plantio na Colômbia, corresponde, no Brasil, ao aumento da mor-

A atuação do governo, meramente repressiva, com a continuidade de sessenta anos de política de erradicação de áreas de plantio deixa apenas duas consequências. Por um lado, desloca as atividades de segurança das áreas de plantio – fenômeno reconhecido como migração do crime. Por outro lado, a indistinção da repressão atinge, sobretudo, as camadas mais vulneráveis, matando milhares de jovens

te de jovens por causa externa a cada investida da Polícia Federal para a erradicação das áreas de plantio de maconha na região do Submédio São Francisco no Brasil.

Uma terceira questão similar é a da participação de indígenas no processo de plantio e distribuição de drogas. Na Colômbia, as comunidades indígenas, que são, também, comunidades camponesas, têm sido integradas no processo de produção e têm sofrido os efeitos da política de erradicação e combate às drogas e aos traficantes. No Brasil, a utilização de mão-de-obra indígena, como 'mulas' (transportadores de drogas), como no caso de plantio de epadu, no Acre, e a participação dos índios trucás, nos estados da Bahia e Pernambuco, têm feito, de boa parte da comunidade indígena, atores do crime organizado no plantio, defesa e distribuição de drogas de cultivo ilícito, o que leva a imaginar a necessidade de comparar as realidades camponesas dessas comunidades.



negro colombiano

AFRODESCENDENTES

Questões semelhantes a estas podem ser levantadas sobre as comunidades rurais afrodescendentes. Neste caso, nossa experiência de atuação em pesquisa e assessoria concentra-se na situação vivida por cerca de quarenta comunidades negras rurais, que somam aproximadamente 1.500 famílias (média total de mais ou menos 6.000 pessoas). São comunidades descendentes de antigos grupos de escravos que se perpetuaram por força de organizações comunitárias baseadas nas famílias extensas e nas terras de uso comum e que, durante mais de cem anos, permaneceram invisíveis para a sociedade nacional, tendo sistematicamente desrespeitados seus direitos mais elementares.

Apenas seis delas, todas localizadas no Estado do Rio de Janeiro, têm seus direitos territoriais reconhecidos pelo estado. Esse reconhecimento, porém, é apenas uma etapa inicial do processo de regularização fundiária dessas comunidades, o qual enfrenta gran-

des obstáculos. Em primeiro lugar, no Estado do Rio, o próprio reconhecimento oficial dessas comunidades foi feito de forma precária, tendo saltado etapas indispensáveis do trabalho, como a ampla discussão com os grupos sobre o significado e as implicações desse reconhecimento e sobre os limites precisos dos territórios que lhe eram atribuídos. Disso resultaram erros que hoje permitem contestações tanto de oponentes dessas comunidades como delas mesmas relativas à demarcação de seus territórios. Em segundo lugar, os governos federal e estadual simplesmente não deram continuidade às outras etapas do processo de regularização. Apenas uma delas já se encontra com a posse da terra garantida, enquanto as outras cinco reconhecidas continuam na mesma situação precária de antes ou, em alguns casos, em situações mais graves, já que o ato oficial gerou tensões locais que têm levado ao avanço e a pressões de outros pretensos proprietários sobre as terras dessas comunidades. Além disso, há aquelas que ainda não foram reconhecidas, mas que já começaram a luta por esse direito, contra a opressão de grileiros e até, no caso da Marombaia, da própria União, pela Marinha do Brasil.

No Espírito Santo a situação é bem distinta. No Norte, em especial os municípios de Conceição da Barra e São Mateus, existe uma grande concentração de população negra e, por se tratar de região eminentemente rural até a década de 1970, isso redundava na existência de cerca de cem comunidades ou núcleos de população negra rural, que descendiam diretamente de antigos plantéis de escravos ou de grupos fugidos desses plantéis. Hoje, restam apenas trinta comunidades negras rurais, que vêm resistindo a todo o tipo de pressão, por parte da monocultura

da cana e do eucalipto, para manterem suas minúsculas propriedades e uma rica cultura de festas, música, danças e artesanato. A situação social desses grupos começou a mudar recentemente em função de uma grande pesquisa desenvolvida na região, que deu visibilidade a essas comunidades e aos seus problemas, e favoreceu o surgimento de um movimento social que já passou a ocupar espaço em fóruns estaduais e mesmo nacionais.

No caso dessas comunidades negras rurais, também há uma série de analogias entre Brasil e Colômbia. A Carta Constitucional brasileira de 1988 e a colombiana de 1991 reconheceram, pela primeira vez em ambos os casos, um lugar específico para os direitos culturais e fundiários de suas comunidades negras.

Nas duas circunstâncias a experiência histórica de fuga da escravidão, tornada símbolo de uma desejada negação radical da ordem vigente, é repropriada pela militância política negra nos anos de 1960 e 70. Na busca por vocabulários e paradigmas próprios, capazes de as retirar da dependência das palavras de ordem do movimento negro norte-americano, as organizações negras no Brasil e na Colômbia, exclusivamente urbanas, tocam os quilombos, mocambos, cimarrones e palenques como sua fonte de inspiração original. As metáforas do 'quilombismo' e do 'cimarronismo' são associadas a uma pequena mitologia cujo foco ou imagem-síntese é a de uma grande comunidade de negros fugidos, notabilizada por sua capacidade de resistência ao assédio militar ou econômico da sociedade colonial e nacional e pela suposta reprodução de um modo de vida africano na América: no caso brasileiro, o Quilombo dos Palmares, no caso colombiano, o Palenque de San Basílio.

As metáforas do 'quilombismo' e do 'cimarronismo' são associadas a uma pequena mitologia cujo foco ou imagem-síntese é a de uma grande comunidade de negros fugidos, notabilizada por sua capacidade de resistência ao assédio militar ou econômico da sociedade colonial e nacional: no caso brasileiro, o Quilombo dos Palmares; no colombiano, o Palenque de San Basílio

Finalmente, na década de 1990, essa metáfora ganha força normativa ao longo dos respectivos processos de revisão daquelas constituições nacionais, dando origem, em conexão com demandas de grupos rurais, a novas categorias de direito fundiário e, associadas a elas, a novas categorias populacionais. A legislação assim criada, porém, tanto no Brasil quanto na Colômbia, ao mesmo tempo em que abre um novo campo de direitos, abre também um vazio conceitual que coincide com um novo campo de investimento das ciências sociais. Em função da novidade que representa para tais Estados Nacionais e para seus movimentos negros, a territorialidade negra rural passa a ser abordada a partir de um modelo pré-existente e consagrado na legislação nacional e internacional: o modelo indígena ou indigenista. Com isso, a essas comunidades negras rurais serão atribuídas qualidades e problemas que até então se restringiam às populações aborígenes, associadas à imagem de 'guardiãs da terra': laços de ancestralidade, uma cultura própria,

tradições e costumes, ocupação coletiva da terra e formas de produção tradicionais, questões relativas à autonomia política e econômica etc.

A dificuldade de contato entre as comunidades contempladas por esses 'novos direitos', o seu restrito acesso à educação formal, entre outros fatores, presentes tanto no Brasil quanto na Colômbia, condicionam o amplo conhecimento por elas das novas possibilidades abertas. Além disso, a dificuldade de organização de suas próprias agências de representação, a morosidade no surgimento de lideranças de destaque regional ou nacional, a carência de recursos para viabilizar a organização comunitária ou multicommunitária, têm levado à sua dependência das entidades governamentais ou não-governamentais de apoio (mediação) e financiamento.

Tais entidades, por sua vez, podem assumir um caráter mais ou menos assistencialista, desenvolvimentista, racializante etc., em função da vinculação de suas pautas de trabalho às pautas das agências humanitárias e de cooperação internacional, responsáveis por suas fontes de recursos. Isso faz com que o perfil que tais mobilizações negras rurais assumem deva ser compreendido não apenas como a manifestação de demandas intestinas, que teriam sido caladas durante todos os anos passados, mas também, em uma parte considerável, como produto dessa conexão entre micro e macroprocessos, resultantes de relações globalizadas. Este é um ponto que, apesar de tudo que já foi dito sobre a globalização, ainda é difícil de abordar sociológica ou etnologicamente.

Novamente, há uma verdadeira pauta para a abordagem comparada das duas situações, capaz tanto de aproximar as militâncias negras rurais dos dois países, quanto para servir de

reflexão prática e programática sobre a situação dos campões latino-americanos.

PARA NOVAS PAUTAS LATINO-AMERICANAS

Do ponto de vista analítico, o que observamos, em ambos os casos, é o surgimento de determinadas territorialidades alternativas à ordem legal vigente, seja por meio da afirmação de direitos ancestrais, que se opõem ao direito de propriedade dominante, seja por meio da busca de saídas econômicas para uma ordem totalmente alheia ao direito à segurança alimentar, que são penalizadas com a criminalização.

O aprofundamento dessa análise comparativa é fundamental na constituição de uma agenda brasileira de discussão sobre Direitos Humanos na América Latina a partir das comunidades vulneráveis. O que nos toca é construir uma análise que permita compreender os diferentes processos nacionais e extrair deles uma melhor compreensão dos atores sociais, verificando semelhanças, diferenças e, sobretudo, demandas de políticas públicas governamentais, ações de solidariedade internacional, e exigência e justificabilidade de direitos internacionais consagrados em favor dessas populações. Tendo em vista que nosso papel também é o de construir massa crítica que coopere com a visão global de questões globais, escapando às lógicas impostas pelas leituras exclusivamente localizadas; a lógica comparativa se impõe como uma necessidade para a afirmação e a promoção de direitos numa nova era da intolerância.

Jorge Atilio S. Iulianelli e José Maurício Arruti, assessores de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço; Arruti é historiador e doutor em antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ e Iulianelli é filósofo, doutorando pelo PPG-Fil/IFCS/UFRJ.

Política econômica e movimento social

Reinaldo Gonçalves

A análise do Autor é instigadora, quase um repto. Prevê uma crise cambial. Imagina uma política tática de jangadeiro. Prenuncia frustração de servidores públicos. Condena reforma previdenciária embasada no equilíbrio financeiro. Acredita que meios de comunicação social podem estar lado a lado com o governo, alguns por estarem "quebrados"; mas acredita numa ação consciente e decisiva do movimento social. Haja desafios!

A economia brasileira está sendo conduzida como se fosse uma jangada. No que se refere à gestão econômica, o governo Lula parece usar a técnica do jangadeiro. Basicamente, navega-se segundo os ventos e as correntes. Da costa ao arrecife, a jangada raramente segue uma linha reta. Às vezes embica-se a jangada para oeste, às vezes para leste. A vela é posicionada segundo as correntes e os ventos. Para alguns, a tática do jangadeiro pode parecer correta, esperta ou necessária no que diz respeito ao ajuste macroeconômico. Contudo, a economia brasileira parece muito mais um transatlântico que colidiu com um *iceberg* há muitos anos.

É de responsabilidade de Lula a inconsistência da política macroeconômica, o projeto predatório de reforma da previdência e o projeto pífio de reforma tributária. Juntamente com o agravamento do quadro recessivo e o aumento significativo do desemprego, esses são os elementos de destaque do balanço econômico dos primeiros meses do governo Lula.

Naturalmente, defensores do governo podem argumentar que a técnica do jangadeiro tem dado resultado, pois houve redução da pressão inflacionária, melhoria da balança comercial, queda do dólar e decréscimo do risco-Brasil. Contudo, esses indicadores são frágeis. A inflação foi reduzida à custa de uma forte contração da absorção interna e da queda abrupta do dólar. A redução do nível de atividades provocou um aumento expressivo do desemprego, agravando um dos mais sérios problemas da economia brasileira. Ademais, a queda do dólar é insustentável, pois deriva principalmente da redução das importações (provocada pela recessão) e da entrada de capitais externos de curto prazo (atraídos pelos juros absurdamente elevados).

A próxima crise cambial é só uma questão de tempo. Ela poderá ser antecipada se o governo cometer o erro de reduzir a taxa de juros sem a introdução de controles sobre o movimento internacional de capitais. Com a crise cambial e a subida do dólar, teremos, então, a retomada da pressão inflacionária. De fato, atualmente o País defronta-se com uma inflação de cus-

to, que foi causada pela desvalorização abrupta do dólar, a elevação dos juros (aumento do custo financeiro) e da indexação dos preços das tarifas de serviços de utilidade pública. Muito provavelmente, a próxima crise cambial provocará uma nova e forte pressão inflacionária com o aumento do custo dos produtos importados, mais um processo de elevação dos juros e repasse para os preços dos serviços públicos. A pressão econômica e social será imensa tendo em vista o acúmulo de desequilíbrios de fluxo e de estoque, com destaque para o desemprego.

RUMO E PRUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA

Os neocompanheiros elogiam, os velhos companheiros criticam. Há algo de errado com a política econômica do governo Lula. Isso ficou evidente para os que participaram ativamente dos debates no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Nas praças e nos comícios o governo era ovacionado, nas salas e nos corredores a política econômica era duramente criticada. Cresce o número de analistas preocupados com a falta de rumo e de prumo da política econômica do governo Lula.

Nos primeiros meses, o atual governo não fez qualquer mudança significativa na política econômica herdada do governo anterior. Ademais, não há qualquer sinalização de mudanças no rumo da economia. A percepção é que a política econômica está sem rumo (replica a do governo anterior, que era um disparate) e sem prumo

A percepção é que a política econômica está sem rumo (réplica a do governo anterior, que era um disparate) e sem prumo (mantém o país numa trajetória de instabilidade e crise)

(mantém o país numa trajetória de instabilidade e crise).

É óbvio que a economia brasileira precisa de uma fase de transição tendo em vista a herança trágica do governo Fernando Henrique. Isso está claramente escrito no programa de governo e, além disso, há um imperativo de gestão macroeconômica cautelosa e responsável, que todos querem e que o País precisa. Até aí, platitudes.

No programa do PT está explicitado que “o governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas”. Essa é uma importante diretriz, mas que não pode ser confundida com conformismo, falta de ousadia ou de estratégia. Ninguém contesta a rotina que a reversão de estratégias e políticas (as mudanças) não ocorrerão num “passe de mágica”. Entretanto, isso não elimina a pergunta: haveria uma gestão macroeconômica alternativa que daria rumo e prumo à economia brasileira?

A resposta é um SIM maiúsculo. Entenda-se “rumo e prumo” como um conjunto de medidas de curto prazo que seriam consistentes com o projeto de mudança (rumo) e eficazes (prumo). A resposta dos descontentes e, pior, dos cada vez mais preocupados, é que há um conjunto de medidas que deveriam e poderiam ter sido implementadas já no início do governo e que seriam consistentes e coerentes com o programa econômico. Podemos men-

cionar algumas medidas que, introduzidas no início e seguindo um esquema gradual, respeitariam o imperativo da transição: controles dos fluxos de capitais internacionais; redução da taxa de juros real; minimização do tema das metas inflacionárias; desdolarização da dívida pública; desdolarização das tarifas dos serviços de utilidade pública; redução do superávit primário; recomposição das reservas internacionais; medidas da Receita Federal no sentido de eliminar prerrogativas de pagamento de impostos sobre lucros e juros (exemplo, juros sobre capital próprio); intervenção ativa no mercado cambial objetivando a estabilidade da trajetória de desvalorização efetiva do câmbio (dólar caro); e auditoria da dívida externa.

Essas medidas já teriam efeito macroeconômico de curto prazo, e não envolvem a famigerada ruptura de contratos. Elas seriam implementadas de forma gradual num período de transição que pode durar de um a dois anos. Além do mais, elas caracterizam-se pela consistência macroeconômica (têm prumo) e, ainda, seguem as diretrizes do programa econômico do PT (o que indica rumo). Para ilustrar, nesse programa está explicitado que a âncora fiscal, “por meio dos superávits primários, exige um esforço de todos os brasileiros, afetando especialmente a viabilidade dos programas sociais do setor público”. As medidas acima flexibilizam a âncora fiscal (imobilizadora, nefasta) que não somente inviabiliza programas sociais, como também mantém o País numa trajetória de instabilidade e crise. O superávit primário com juros altos é, simplesmente, autofágico.

VETORES POLÍTICOS

A estratégia de criação de uma sólida base de sustentação política para o

governo Lula parece envolver uma ampla gama de atores políticos. A proposta do Pacto Social abrange, na realidade, uma estratégia que procura, pelo caminho da negociação, o consenso. Naturalmente, deve-se reconhecer que numa sociedade de classes como a brasileira, marcada por elevado grau de desigualdade e extraordinária fragmentação de interesses, e com as fortes restrições internas e externas, a montagem de um Pacto Social é, no mínimo, uma árdua tarefa, enquanto a procura pelo consenso pode parecer fantasia (ou, pior, fraude). No processo de cooperação e conflito, não há dúvida de que o governo Lula terá que arbitrar os ganhos e as perdas dos diferentes grupos da sociedade.

Esse dilema pode ser ilustrado da seguinte forma: o maior salário mínimo e o reajuste salarial do funcionalismo público exigem recursos orçamentários significativos. Ao mesmo tempo, o pagamento de juros da dívida pública é o principal fator de desequilíbrio do orçamento da união. A redução da taxa de juros somente ocorrerá com o controle efetivo da conta de capital do balanço de pagamentos, o que contraria os interesses da elite econômica brasileira e do sistema financeiro internacional. Há, nesse caso, um claro conflito de interesses. E mais, funcionalismo público e os aposentados não estarão na mesma mesa de negociações com os banqueiros e os rentistas. Não há saída, o governo terá que arbitrar. O argumento de que não há alternativa a uma política de juros altos é, no mínimo, um erro técnico.

A sociedade civil organizada (exclusive, as organizações patronais e associadas) é uma aliada natural do governo Lula. Na hipótese de que a estratégia da maioria das Ongs seja a da cooperação independente (discutida

mais adiante), é provável que nos cenários de contrato social e alternância de poder, a cooperação (sem cooptação) seja o elemento básico da relação com o governo federal. Esse argumento também se aplicaria, até certo ponto, ao movimento sindical e ao funcionalismo público.

Tendo em vista o desmonte do aparelho de Estado, a tecnocracia, os militares e o funcionalismo público estão com grandes demandas reprimidas que, mais tempo, menos tempo, cairão no colo de Lula. O mesmo acontece com o movimento sindical. O retrocesso dos direitos sociais nos últimos anos tem gerado um esgarçamento social que atinge a classe trabalhadora pela redução de renda, precarização das condições de trabalho e o espetro do desemprego. No caso do movimento sindical, Lula sinaliza para um processo de negociação das relações capital-trabalho, que poderá gerar um processo de cooperação positivo para ambas as partes ou, então, uma insatisfação generalizada.

Caso o governo opte pela estratégia de conciliação com as elites econômicas, o risco maior é o esfacelamento do movimento sindical (tendo em vista o grande potencial de cooptação que o governo Lula tem com relação aos sindicatos). Da mesma forma, mas talvez em menor grau, pode ocorrer maior fragilização e fragmentação do movimento social.

No caso dos servidores públicos, a negociação é limitada claramente por um problema alocativo dos recursos orçamentários. Nesse caso, voltamos a problemas como redução das taxas de juros (afetando os rentistas e a elite econômica), custo da promoção da exportação e das operações de resgate dos grandes grupos privados nacionais. O aumento do salário dos servidores públicos e a reforma da previdência

são testes decisivos. Aumento inexpressivo de salários já corroídos pela inflação reduzem o nível de bem-estar dos servidores no curto prazo. Reforma previdenciária focada no equilíbrio financeiro implicará perda de bem-estar no longo prazo. A frustração e a revolta dos servidores públicos contaminarão uma tradicional base de sustentação política do Partido dos Trabalhadores. Isso, sem dúvida alguma, terá repercussões nas eleições municipais de 2004 e nas eleições gerais de 2006. O pacto e a negociação não resolvem esses problemas. Governar é fazer escolhas.

No que se refere aos vetores políticos que poderiam ser peças de resistência para o governo, cabe destacar os meios de comunicação e o sistema financeiro. No que se refere aos meios de comunicação, não há dúvida de que a concentração desses meios em um número restrito de grandes empresas familiares envolve uma enorme concentração de poder em mãos conservadoras e, até mesmo, reacionárias. Entretanto, deve-se notar que Lula deve se beneficiar do fato de que alguns desses grupos estão quebrados financeiramente. Ao apresentar o "produto Lula" com um componente messiânico, alguns dos grandes meios de comunicação ofereceram seus serviços à nova classe dirigente. Nesse sentido, ao longo do governo Lula, talvez haja uma atitude de crítica moderada por parte dos grandes meios de comunicação. O foco da crítica, muito provavelmente, se concentrará nos elementos (indivíduos e instituições) mais dinâmicos e progressistas da administração federal. Se o governo atingir um nível crítico de (falta de) credibilidade é provável que as grandes empresas de comunicação mudem de estratégia e passem a fazer uma oposição no atacado, explícita e demolidora.

O argumento de que não há alternativa a uma política de juros altos é, no mínimo, um erro técnico.

A sociedade civil organizada (exclusive, as organizações patronais e associadas) é uma aliada natural do governo Lula

Com relação ao sistema financeiro, que expressa os interesses dos rentistas, a reação dependerá das políticas monetárias e creditícias do governo Lula, bem como das políticas de regulamentação do setor e da natureza das reformas (financeira, previdenciária e tributária). Essa é uma área fundamental para a retomada do crescimento. Há uma série de medidas que não afetam os interesses do sistema financeiro. Muito pelo contrário. Há medidas que não são intrinsecamente conflitivas como a modernização da Lei das Sociedades Anônimas, da Lei das Falências e da Comissão de Valores Imobiliários, e os estímulos diversos ao mercado de capitais. As decisões são fáceis quando se trata de jogo de soma positiva, mas se complicam quando o jogo torna-se de soma zero (para alguém ganhar, é necessário que alguém perca). A questão central reside, precisamente, na redução da taxa de juros e no aumento da regulação bancária, que provocarão a redução dos lucros absurdos do sistema bancário obtidos nos últimos anos. Nesse sentido, o Banco Central, no lugar da autonomia, deveria se transformar no "braço cada vez mais armado" do governo federal.

No que se refere ao Congresso Nacional, a leitura pode ser otimista. O governo deverá ter cerca de 1/3 dos congressistas, enquanto a oposição ficará com outro 1/3. Há um bloco

Tendo em vista o desmonte do aparelho de Estado, a tecnocracia, os militares e o funcionalismo público

estão com grandes demandas reprimidas que, mais tempo, menos tempo, cairão no colo de Lula.

O mesmo acontece com o movimento sindical.

No caso do movimento sindical, Lula sinaliza para um processo de negociação das relações capital-trabalho, que poderá gerar um processo de cooperação positivo para ambas as partes ou, então, uma insatisfação generalizada

intermediário de 1/3 dos congressistas que tenderão a votar com o governo, como tradicionalmente ocorre. Além da forte "propensão governista" dos congressistas brasileiros, há que se destacar a política das lideranças petistas no sentido do alargamento da base de sustentação política do governo no Congresso Nacional. Naturalmente, o posicionamento do "bloco do meio", bem como o do grupo de oposição, dependerão da credibilidade e, mais especificamente, da governabilidade. Evidentemente, a "taxa de traição" do bloco do meio e a força de combate da oposição estarão diretamente relacionadas com o déficit de governabilidade. Governo forte e com alta credibilidade, oposição débil. E, a recíproca é verdadeira.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Uma platITUDE: governo é governo, movimento social é movimento social. O

maior risco que as organizações representativas do movimento social correm é, ingenuamente, imaginar que são ou estão no governo após a eleição de Lula para a presidência da República.

Naturalmente, poucos pensam dessa forma ingênuo ("agora chegamos ao poder"). A grande maioria dos sindicalistas e representantes de Ongs acreditam que o governo Lula fará concessões às forças políticas conservadoras e reacionárias, mas que essas concessões não irão além do limite a partir do qual o governo perde credibilidade. Persistem questionamentos e preocupações com relação a acordos (já feitos ou a serem feitos) entre o governo Lula e o empresariado, por exemplo, com os meios de comunicação, banqueiros, produtores de açúcar e álcool, multinacionais, grandes grupos econômicos em bancarrota, etc. Na ótica do movimento social, a política de ampliação da base de sustentação política do governo Lula deveria encontrar um limite, que permita governabilidade e, ao mesmo tempo, a realização de reformas que atendam os anseios, as esperanças e as exigências da maioria da população.

Essa confiança na capacidade da nova classe dirigente é importante para se definirem as estratégias e táticas de atuação do movimento social. O movimento social deve se manter atuante e crescer durante o mandato de Lula, mas não deve se sentir 'adotado' pelo governo ou como parceiro preferencial. Cabe destacar que o movimento social não se pode transformar num braço administrativo auxiliar do governo federal.

A estratégia do movimento social deve ser montada em estágios: (1) definir uma agenda clara de demandas, projetos e programas; (2) definir os interlocutores no governo federal; (3) extrair compromissos específicos, com tem-

pos determinados; (4) cobrar resultados, reconhecer êxitos e criticar fracassos.

As Ongs que se tornarem um braço auxiliar administrativo do governo federal tenderão a se debilitar e a enfraquecer o próprio governo. Partido político é uma coisa, governo é outra; governo é poder, movimento social é contra-poder. A cooptação deverá ser rejeitada, ao mesmo tempo em que as Ongs se proponham a colaborar ativamente com o governo Lula, mas resguardando a independência e a posição crítica. Mantém-se a regra clássica da política: "cenoura e cacete". Se entrega o acordado, tem a "cenoura", caso contrário, resta o "cacete".

Os desafios do governo Lula, bem como seus testes decisivos, aparecerão nos jogos de soma zero ou soma negativa (todos perdem). Lamentavelmente, a herança trágica de Fernando Henrique indica que o futuro do Brasil estará marcado muito mais por jogos de soma zero e soma negativa do que por jogos de soma positiva, que podem ser solucionados pela colaboração dos jogadores. Lula terá que arbitrar ganhos e, principalmente, perdas. O cenário otimista do contrato social contempla, certamente, diferentes tipos de jogos. As lideranças do seu partido estão sendo francas quando transmitem ao conjunto da sociedade a mensagem de que os desafios são enormes e que não haverá milagres. Na corrente de esperança, que domina o País no início do governo Lula, permanecerão as idéias-força presentes no pronunciamento de 28 de outubro de 2002: otimismo, firmeza e paciência. A política econômica do governo Lula nos primeiros meses de governo parece, contudo, criar um quadro desfavorável a essas idéias-força.

Reinaldo Gonçalves, professor titular de Economia da UFRJ e membro do Conselho Federal de Economia.

Em memória de Brady Tyson

Anivaldo Padilha

Não puderam calar (bem que quiseram) nem intimidar Brady Tyson. E, depois de seis meses este texto volta a repercutir-lhe o valor e a coragem. E o testemunho dele nestas páginas cheias de direitos humanos violentados nos relembraria que nunca estivemos nem estaremos sós. Nós te abraçamos agradecidos. Dá um abraço no Shaull

derão também testemunhar sobre seu ministério entre nós. De minha parte, gostaria de dar meu testemunho sobre seu trabalho mais amplo.

Antes de vir ao Brasil, Brady (como gostava de ser chamado) tivera envolvimento com o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, liderado pelo pastor Luther King Jr., e também com a organização pacifista *Fellowship of Reconciliation*. Poucos sabem que Brady era a única pessoa branca a participar do círculo íntimo de amizade de Luther King. Brady era socialista democrático e conseguia orientar sua vida por uma intensa espiritualidade e um profundo compromisso social. Doutor em ciências políticas e em teologia, Brady não fazia alarde desses títulos. Preferia trabalhar na retaguarda para que outros pudesse brilhar. Tampouco se apegava a interesses pessoais quando a verdade e sua consciência estavam em jogo. Um exemplo da sua integridade foi a palestra que deu em 1966 no *campus* da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto. Convidado a fazer uma análise da política externa americana, Brady sentiu-se compelido a demonstrar que o golpe de estado no Brasil tinha sido orquestrado pela Embaixada dos Estados Unidos. Essa foi a primeira denúncia pública feita por um intelectual americano sobre a complacidade dos Estados Unidos com o regime militar brasileiro. Por tornar pú-

blica essa verdade, o governo militar deu-lhe o prazo de dez dias para deixar o País "ou sofrer as devidas consequências".

Conheci Brady Tyson poucos meses depois de sua chegada ao Brasil no início dos anos 1960 e convivi com ele até sua expulsão em 1966. Participei com ele de muitas atividades tanto na Igreja Metodista quanto no movimento ecumênico e acompanhei de perto suas relações no mundo acadêmico e político no Brasil. Brady teve papel fundamental como capelão informal do movimento de estudantes cristãos evangélicos na década de 1960. Ao lado de Richard Shaull, ele foi uma das pessoas que mais contribuíram para a formação da minha geração. Como pastor Brady dedicava seu tempo a provocar a reflexão entre os jovens e a promover o diálogo, e não o confronto, como método de trabalho. Durante os anos que trabalhou entre nós, sua casa no bairro City Lapa, em São Paulo, funcionou como um grande laboratório com reuniões das quais participaram pessoas de alto nível intelectual e político, além dos encontros para reflexão bíblico-teológica. Essas reuniões foram um grande aprendizado para mim, até certo ponto tão ou mais importante que meus anos na universidade.

Voltei a encontrar-me com Brady em junho de 1971, nos Estados Unidos, onde passei parte dos meus anos

Faleceu no dia 29 de janeiro, em Houston, Estados Unidos, o pastor metodista doutor Brady Tyson (74 anos), vítima de câncer. Deixa cinco filhos do seu primeiro casamento com a senhora Jean Tyson, dois filhos brasileiros adotivos e a senhora Creuza Maciel com quem esteve casado durante os últimos vinte anos. Entre suas várias atividades como missionário no Brasil, vale destacar o trabalho intenso que desenvolveu entre a juventude metodista e ecumênica. Além disso, lecionou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e era constantemente convidado a dar conferências para o público universitário. Muitos que o conheciam po-

Brady tivera envolvimento com o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, liderado pelo pastor Luther King Jr. Brady era a única pessoa branca a participar do círculo íntimo de amizade de Luther King

de exílio. Brady trabalhava como professor de ciências políticas na *American University* (metodista). Eu estava no Chile e fui para os Estados Unidos a convite das igrejas metodista e presbiteriana e do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos para ordenar um amplo programa de educação pública sobre as violações dos direitos humanos e o papel dos Estados Unidos na propagação de ditaduras na América Latina.

Ao iniciar minhas atividades, encontrei o terreno já preparado pela ação pioneira de intelectuais e ex-missionários (católicos e protestantes) que haviam trabalhado no Brasil. Brady tinha sido o principal responsável por essa articulação. Com seu prestígio no mundo acadêmico e religioso e o reconhecimento de sua militância no movimento pelos direitos civis, Brady tornou-se nosso cartão de visitas quando tínhamos que fazer contatos com deputados ou senadores americanos. Sua dedicação e compromisso com o Brasil foram fundamentais para o sucesso que tivemos ao colocar as violações dos direitos humanos no Brasil na agenda do Congresso, na imprensa e nos meios acadêmicos e religiosos dos Estados Unidos.

A influência de Brady chegou ao centro do poder americano com a eleição do presidente Jimmy Carter em 1976, cuja política sobre direitos humanos foi diretamente influenciada por ele. Com a nomeação do reveren-

do Andrew Young para ser embaixador dos Estados Unidos na ONU, Brady foi então nomeado representante dos Estados Unidos na Comissão de Direitos Humanos daquela organização.

Mais uma vez a integridade ética de Brady foi posta à prova. Em sua primeira reunião naquela comissão, quando se discutiam as denúncias de violação dos direitos humanos no Chile, Brady iniciou seu discurso pedindo oficialmente perdão ao povo chileno, em nome do povo americano, pela cumplicidade do governo dos Estados Unidos no assassinato de Salvador Allende e na tomada do poder por Pinochet. Encontrei-me com ele em Nova York poucos dias depois desse episódio, num momento em que ele sofria todo tipo de pressão dos setores conservadores do Congresso e da imprensa. Quando lhe perguntei se ele não achava que havia cometido um erro político ao se expor daquela forma, Brady me respondeu: *Você me conhece e sabe que a minha consciência não me permitiria participar daquela reunião e fazer de conta que o país que represento não teve responsabilidade direta naqueles eventos.* Brady perdeu seu posto na ONU, mas ampliou e consolidou o respeito que todos nós já tínhamos por ele.

Emblemáticas do respeito que ele angariou durante a sua vida foram as notícias sobre sua morte publicadas na imprensa brasileira e as manifestações de condolências por parte de personalidades tão diversas quanto o ex-governador Leonel Brizola e os jornalistas Márcio Moreira Alves e Elio Gaspari bem como do prêmio Nobel da Paz Perez Esquivel.

Brady aposentou-se como professor na *American University* em 1994, mas continuou sua participação na luta pelos direitos civis e por mais justas relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Nos anos de 1980 colaborou ativamente com o movimento de Paz e Justiça da América Latina e, até o agravamento de sua enfermidade, foi membro da Diretoria da *Southern Christian Leadership Conference*, a organização cujo líder máximo foi Luther King.

Com sua morte os movimentos por direitos humanos na América Latina e por direitos civis nos Estados Unidos perdem um de seus mais autênticos defensores e o Brasil perde um de seus principais amigos. O sentimento de perda é grande, mas, acima de tudo, rendemos graças a Deus pela sua vida e testemunho e pelo privilégio que alguns de nós tivemos de participar de seu ministério.

Anivaldo Padilha, secretário de Planejamento e Cooperação de KOINONIA.

Para superar a violência

O Ceca promoveu no dia 17 de junho, na Casa Matriz das Diaconisas, o Seminário Ecumênico Perspectivas do Ecumenismo no Rio Grande do Sul – Década Ecumênica para a Superação da Violência: pistas e estratégias com os painelistas padre Marcelo Guimaraes e o professor da Unisinos Fernando Pocahy. O Seminário, coordenado pelo Conic/RS, discutiu a implementação de ações concretas das igrejas, dos diversos movimentos ecumênicos locais e das entidades ecumênicas do Rio Grande do Sul com relação à Década de Superação da Violência, aprovada pelo Conselho Mundial de Igrejas.

De acordo com os objetivos da Campanha de combate à violência da Rede Estadual e Justiça e Gênero, as Promotoras Legais Populares do Ceca estão realizando oficinas nas comunidades com o objetivo de cons-

trução de ações de prevenção e denúncia da violência e garantia de direitos de mulheres e meninas. Já ocorreram cinco, em diversos bairros de São Leopoldo, com a participação de aproximadamente 140 pessoas entre mulheres, garotas e garotos. "É um trabalho muito bonito, e as pessoas realmente querem fazer parte daquele momento" descreve Alda, coordenadora do Programa Solidariedade e Cidadania do Ceca.

Cidadania e paz são dois temas transversais de fundamental importância na educação. Nos últimos seis anos várias entidades nacionais, entre elas o Conic, se uniram para elaborar, em conjunto com a associação Raio, dois conjuntos didáticos sobre esses temas: *Sair do Papel e Geração da Paz*. Mediante um acordo com o Ministério da Educação esse material será, de maneira gradual,

A DÉCADA PARA SUPERAR A VIOLENCIA É UMA GRANDE CONVOCAÇÃO PARA QUE AS PESSOAS DE BOA VONTADE E INSTITUIÇÕES SE UNAM MEDIANTE A DIGNIDADE HUMANA PARA O RESGATE DO PROFETISMO BÍBLICO. A JUSTIÇA PRODUZIRÁ A PAZ" (ISAÍAS 32,17)



DIGNIDADE HUMANA E PAZ

distribuído em todos os estados.

Entre os dias 28 e 30 de maio realizou-se na Capital Federal o 3º Seminário Internacional de Comunicação, promovido pelo CCB, Conic, Ibrades e a CNBB. A participação e o pronunciamento do Conic no evento situaram-se no contexto da Década para Superar a Violência; pois as Igrejas apóiam os profissionais da comunicação quando estes defendem a livre circulação de informações, criticam a espetacularização da notícia, rejeitam o padrão informativo do establishment e lutam pelo direito dos cidadãos à informação imparcial.

Clai foi co-patrocinador do Fórum da Década, realizado em Brasília nos dias 21 e 22 de março. O secretário regional participou de painel sobre conjuntura, analisando os aspectos relacionados com o

sistema econômico vigente (modelo neoliberal).

Realizou-se no dia 31 de março, na Câmara Municipal de Londrina, o Fórum Evangélico. Na ocasião, o Secretário Regional do Clai apresentou os objetivos da campanha Década para Superar a Violência; a câmara de Londrina surgiu como um possível espaço de cooperação ecumênica no exercício da cidadania.

A Rede Fale, um projeto em parceria com ABUB, Visão Mundial, e outras entidades, distribuiu 600 exemplares do Documento Base da Década em abril.

Durante a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos a Secretaria Regional do Clai distribuiu material sobre a Década em Londrina e Porto Alegre.

A Cese realiza pelo terceiro ano consecutivo sua



DIGNIDADE HUMANA E PAZ

Campanha Nacional Primavera para a Vida. Para o ano de 2003, a Cese definiu dois eixos centrais de atuação: a superação da violência pela construção de uma cultura de paz e a superação da fome com base no conceito de Segurança Alimentar – Pão e Paz. Assim, a Cese une esforços de solidariedade para assegurar que todos possuam dois bens tão essenciais à vida. A Cese pede a todas as igrejas, organismos ecumênicos e parceiros da sociedade civil interessados em repercutir a campanha, que entrem em contato: comunica@cese.org.br / Tel. (71) 336-5457.

Koinonia promoveu, em 30 de maio, em parceira com o Ministério Público Federal, o seminário nacional Memorial da Marambaia. Participaram como palestrantes pesquisadores, representantes do ministério público, das comunidades quilombolas, da Fundação Cultural Palmares. O seminário discutiu a situação social e jurídica da comunida-

de negra da Ilha da Marambaia, que hoje vive um processo de deslocamento forçado por ação da Marinha brasileira e reuniu cerca de 150 participantes.

No ultimo dia 28 de junho, Koinonia realizou, na cidade de Pindamonhangaba, o **III Encontro Ecumênico de Mulheres do Vale do Paraíba**, no qual se discutiu o tema **Educação Sexual e Saúde Integral da Mulher, com um enfoque maior em Sexualidade e Aids**. Participaram 52 mulheres, sendo 22 católicas e 30 evangélicas, que refletiram e se sensibilizaram para a necessidade de discutir esses temas em suas comunidades.

Amplia-se cada vez mais a necessidade de discutir a questão da Aids nas comunidades eclesiásticas. É freqüente o testemunho de casos e a ausência de informação correta. A Aids continua sendo um tema que gera dificuldades em falar e que ainda assusta. É neste contexto que o projeto

Aids e Igrejas de Koinonia atua, viabilizando caminhos para ações preventivas dentro das comunidades.

NOMES E SIGLAS

ABUB – Associação Bíblica Universitária Brasileira
CCB – Centro Cultural de Brasília
Ceca – Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria
Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
Clai – Conselho Latino-Americanano das Igrejas
Conic – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Ibrates – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social
Koinonia Presença Ecumênica e Serviço
Raio – Recurso Audiovisual Interativo
Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Candomblé – Diálogos fraternos contra a intolerância religiosa

"A condução das causas do candomblé não depende exclusivamente dos representantes políticos. A luta contra o que de errado ou ofensivo sobre o candomblé se vê e se ouve nos meios de comunicação deve ser enfrentada. A situação de intolerância por vezes deflagra um conflito aberto, como muitos já sofreram e testemunharam. Em nome da paz, da convivência pacífica e tolerante entre as religiões, o povo do candomblé não ultraja as crenças alheias nem agride os fiéis de outras tradições religiosas, mas não pode consentir com o abuso, a arrogância e a violência direta. A iniciativa deve ser sempre o diálogo, a busca da lei. Este livro defende o equilíbrio e o respeito entre as religiões, segundo a razão de que o ecumenismo verdadeiro há de decorrer apenas da obediência ao direito legal, às regras de convivência social e da fraternidade a que toda religião, afinal, deve aspirar."



**CANDOMBLÉ – DIÁLOGOS FRATERNOS
CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

Co-edição DPA Editora e Koinonia

Preço: R\$ 15,00

(com possibilidade de desconto para compras acima de 5 unidades)

Informações: Koinonia
(21) 2224-6713
www.koinonia.org.br

CARTA DE PORTO SEGURO

Nós, representantes de comunidades quilombolas, Tupinikins, Pataxós, Guaranis, pescadores e campesinas, e dezenas de entidades, presentes ao II Encontro Nacional da **Rede Alerta Contra o Deserto Verde**, movimento que luta contra a expansão da monocultura do eucalipto para produção de celulose e carvão vegetal no Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, vimos denunciar as profundas violações dos direitos econômicos, culturais e socioambientais provocadas por este complexo agroindustrial exportador.

Ao longo das últimas quatro décadas, este complexo tem destruído o modo de vida de comunidades locais. As empresas do setor continuam invadindo suas terras, causando o êxodo rural e a consequente dispersão de muitas comunidades. Os rios nessas regiões foram degradados pela contaminação por uso intensivo de agrotóxicos e por um processo de secamento relacionado ao plantio em larga escala, ambos comprometendo a pesca e a qualidade e quantidade da água potável. A empresa Aracruz Celulose desviou o Rio Doce para garantir o consumo abusivo de 248.000 metros cúbicos diários, inclusive gratuitos, das suas três fábricas de celulose.

As empresas, com seu discurso desenvolvimentista, têm estimulado uma migração enorme de trabalhadores em busca da promessa de emprego. Hoje, o que resta são milhares de ex-trabalhadores, muitos mutilados pelo trabalho danoso, que foram demitidos como resultado de um processo violento e nefasto de automatização e terceirização. A perda da dignidade dessas pessoas é explícita quando constatada a existência de um alto índice de prostituição infantil nos bairros onde os ex-trabalhadores abandonados residem. E as pessoas que resistem, no meio da monocultura de eucalipto, estão perdendo sua identidade e sua riqueza cultural e sofrendo literalmente um processo de isolamento profundo.

Lamentavelmente, o Estado tem sido cúmplice das práticas dessas empresas. Há quatro décadas que fornece altos empréstimos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e que concede licenças ilegais para plantios – não respeitando áreas de preservação permanente – e fábricas, uma construída em cima de uma antiga aldeia indígena. Além disso, as empresas exportadoras são devedoras no INSS e são beneficiadas pela Lei Kandir, causando situações dramáticas como no Espírito Santo, onde o governo estadual deve mais de R\$ 100 milhões de créditos de ICMS à empresa Aracruz Celulose. Ao mesmo tempo, o Estado não tem apresentado nenhuma alternativa à população local, ao contrário, mostra-se cada vez mais conivente com os interesses empresariais em detrimento da sua responsabilidade social e, neste vazio, as empresas assumem alguns papéis do Estado, desenvolvendo uma relação perversa de dependência e desestruturação da organização social das comunidades locais.

As entidades entendem que as consequências de todos esses problemas estão ligadas ao modelo atual de desenvolvimento financiado pelo governo federal e por organismos internacionais que têm como objetivo, exclusivamente, o retorno econômico dos financiamentos em detrimento do modo de vida das populações acima relacionadas.

As tentativas para reverter os danos das estratégias empresariais perversas, introduzindo por exemplo o selo verde do FSC

(Conselho de Manejo Florestal) para o manejo sustentável de monoculturas de árvores, têm se mostrado incapazes de reverter os impactos negativos já citados, e mais ainda, insuficientes em redirecionar a lógica deste modelo agroindustrial. Lembamos inclusive um relatório elaborado recentemente por uma equipe de pesquisadores da **Rede Alerta Contra o Deserto Verde** que mostra a flagrante insustentabilidade das plantações de eucalipto das empresas Plantar e V&M Florestal em Minas Gerais, certificadas pela FSC.

A **Rede** se pronuncia também contra o uso de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDLs – para plantações extensivas dessas mesmas empresas mineiras, entendendo que esses mecanismos continuam favorecendo países do Norte que não terão que reduzir suas emissões de poluentes que contribuem para o aquecimento global, e ao aumentar as áreas de plantações, os MDLs vêm agravando o empobrecimento das populações do Sul.

Afirmamos que existem contradições entre os investimentos nesse complexo agroindustrial e o programa Fome Zero do Governo Federal. De um lado, volumosos investimentos, como no caso da fábrica projetada da Veracel Celulose na Bahia, continuam privilegiando uma monocultura que na sua grande maioria é destinada à produção para exportação aos países ricos, gerando pouquíssimos empregos, legitimando o latifúndio, impedindo a reforma agrária e aumentando mais ainda o êxodo rural e o desespero de milhares de famílias que ficarão sem terra e sem sustento. De outro lado, o governo apresenta um Programa Fome Zero que busca estimular a produção de alimentos, enquanto as melhores terras agricultáveis continuam sendo ocupadas por plantações de árvores. As metas da política macroeconômica não podem ser obtidas com o sacrifício das condições de vida, saúde, trabalho e modos de vida dos trabalhadores e das comunidades que necessitam de água, terra, pescado e caça para não serem obrigados a engrossar o contingente de desempregados nas cidades.

Não é suficiente buscar saídas temporárias dentro do modelo atual de desenvolvimento. É preciso mudar drasticamente os rumos deste modelo que gira em torno da acumulação financeira e do consumo ilimitado, e construir uma outra lógica de desenvolvimento em que o ser humano – homem e mulher –, na sua totalidade, seja questão central e que altere a forma de utilização dos recursos naturais do planeta. Conscientes da insustentabilidade do presente modelo, movimentos e comunidades que integram a **Rede Alerta Contra o Deserto Verde** discutem e desenvolvem experiências novas no campo da produção, valorizando a biodiversidade e os conhecimentos locais, construindo assim uma outra relação com o ambiente.

Em função de tão dramático e insustentável quadro socioambiental acima descrito, envolvendo milhares e milhares de pessoas diretamente, nós entendemos que é inaceitável a proposta do setor de ampliar suas plantações de 5 milhões de hectares para 11 milhões nos próximos 10 anos. E que a **PARALIZAÇÃO DA EXPANSÃO DA MONOCULTURA DE ÁRVORES DE RÁPIDO CRESCIMENTO NO BRASIL** na elaboração do novo PPA e da política industrial do governo é uma necessidade de caráter extremo e urgentíssimo.

Porto Seguro, 29 de junho de 2003